

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 148 a 150/2012 2

Atos Legislativos

Ata da 2095ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

Ata da 2098ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 148/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **ELRILENO PACHECO ROSA, Assistente Especial II Mesa Diretora**, para viajar com destino a cidade de Belo Horizonte-MG, com a finalidade de participar do Curso de Introdução à Programação, no período de 16.04 a 25.04.2012, a serviço desta Casa Legislativa.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 149/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **TÂNIA REGINA PIMENTEL AGUIAR, Auxiliar Parl. II, LUIZ GOMES DA SILVA, Agente Legislativo** e **MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DE CARVALHO, Diretora Geral da Escolegis**, para viajarem com destino aos municípios de Caracará, Iracema e Mucajá, com a finalidade de darem suporte ao Seminário de Legislação Eleitoral, nos dias 14 e 15.04.2012, a serviço desta Casa Legislativa.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 150/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**TORNAR SEM EFEITO** a Resolução nº 129/2012, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1316, de 09/04/2012, que autorizava o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para a cidade de Rio Branco-AC, no período de 13.04 a 17.04.2012, conforme MEMO Nº 040/2012, do Gabinete do Deputado Mecias de Jesus, datado de 13 de abril de 2012.

Palácio Antônio Martins, 13 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA****ATA DA 2095ª SESSÃO, EM 08 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.****=ORDINÁRIA=****PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.****(Em exercício)**

Às nove horas do dia oito de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) - Lida a Ata.A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:**

.Projeto de Lei s/nº, do Deputado Brito Bezerra, assegurando aos portadores de deficiência visual o direito de receber suas contas de energia elétrica água e telefonia, impressas no sistema Braille e dá outras providências.

EXTERNOS:

.Ofício nº 1.103/SEJ, de 29/02/12, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações sobre o alegado na petição inicial, nos termos da Lei nº 9.868/99.

.SECD/CEC/RR/OF./nº 008, de 01/03/12, do Conselho Estadual de Cultura, encaminhando o Parecer nº 01/2010-18.11.10 com Instrução para fins de Recomendação, que deverá ser anexado ao Estudo para Criação da Secretaria de Cultura do Estado de Roraima.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhora Presidente, não há nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente.A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente e, não havendo quórum para deliberar matérias da pauta da Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Flamaron Portela – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher e eu queria usar desse Expediente, Senhora

Presidente, e ainda bem que a Senhora está presidindo esta Sessão, para homenagear as mulheres, começando pelas nossas servidoras, nossas colaboradoras, batalhadoras. Já tive a oportunidade de fazer uma estatística aqui, neste Poder, e se não me falha a memória 67% dos colaboradores da Assembleia são do sexo feminino, e é por isso que eu acredito que a Assembleia é tão eficiente, produz com eficácia porque tem essa mão de obra voluntariosa, determinada e compromissada com este Poder.

Então, a todas vocês o nosso fraternal abraço, nosso carinho e nosso reconhecimento pelo valoroso trabalho que prestam a esta Casa. E, também, nós temos aqui, as Deputadas Aurelina Medeiros e Ângela Portella representando a sociedade no parlamento. Dos nossos 24 parlamentares, somente dois são do sexo feminino, e nós sabemos que a maioria dos eleitores do Brasil são do sexo feminino, e em Roraima esse índice fica praticamente empatado. Então, fica esse alerta às mulheres para que tragam mais candidatas para o parlamento estadual, que votem mais nas mulheres, pois, com certeza, elas vão também corresponder, de forma significativa, ao mandato dado pelas senhoras.

Vou fazer uma retrospectiva rapidinho. Mesmo a Grécia tendo criado a democracia, lá até certo tempo, a mulher era considerada um ser inferior em relação ao homem, e muita gente pode perguntar, mas por que a mulher era considerada um ser inferior? Porque a mulher não ia para a guerra, não conquistava outras terras, isso era uma atribuição exclusiva do homem. Então, o homem voltava como herói, ovacionado, às vezes, até como rei porque havia conquistado outro reinado, e voltava, então, todo poderoso. Mas os tempos foram mudando, a modernidade foi penetrando no seio da sociedade e hoje, a guerra que nós temos, minhas Senhoras, é a guerra do conhecimento, da informação, da competência, e aí vêm os dados atuais. Em qualquer concurso que determinado Estado Brasileiro faça para ingresso no Ministério Público, no Poder Judiciário, lá estão em grande maioria as mulheres. A minha filha, quando terminou o curso de medicina há três anos, dos 27 alunos da sua turma, 24 eram do sexo feminino. Então, não se surpreendam se nós que temos ainda uma idade relativamente mediana, alcançarmos o triunfo das mulheres de forma contundente. Aqui em Roraima, especificamente, nós temos, hoje, a nossa primeira Reitora da Universidade Federal de Roraima, após vinte e poucos anos. Temos a Presidente do TRE, a Doutora Tânia Vasconcelos. Então, os espaços estão sendo conquistados. Temos, em nível nacional, a primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral, a primeira mulher a presidir a Nação Brasileira. Logo, está se avolumando essa conquista e Oxalá que elas continuem de forma crescente, assumindo postos importantes, porque é justo reconhecer as mulheres. A mulher é mãe, cuida da casa, zela profundamente para que o marido se apresente bem, de forma agradável, porque ela é esse conjunto, além de exercer atividade remunerada fora de casa, pode ser ela do grau que for, Presidente da República ou não, quando chega em casa, se preocupa em organizar, nem que seja de forma mínima, a sua casa, a sua vida no lar para que sinta realmente um bem-estar.

Portanto, com essas poucas palavras, Presidente Aurelina Medeiros, rendo aqui as minhas profundas homenagens a todas as mulheres do Brasil e do mundo. Parabéns as mulheres.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me cumprimentar todas as mulheres do nosso Legislativo, nossas colaboradoras. Deputado Flamarion, eu queria associar-me a Vossa Excelência, pois acho que todo dia é o dia Internacional da Mulher e deveria ser comemorado, porque não é fácil ser mulher não, Deputada Aurelina. Há mulher que cumpre bem o seu papel e ainda desempenha o papel de homem, porque há determinados homens que não prestam para nada. A mulher tem sido referência de honestidade em todos os cargos que ocupa. Infelizmente, hoje, nós aqui, num dia tão importante, não tivemos quórum regimental para aprovar uma matéria de iniciativa da Deputada Aurelina que cria um órgão que vem dar proteção à mulher. Eu fico até temeroso com isso, Deputada Aurelina, pois nesse dia nós poderíamos ter presenteado as mulheres do Estado de Roraima, mas eu não sei por que nós não tivemos quórum para deliberação. Então, que todas as mulheres do Estado de Roraima, em nome da minha esposa, da minha mãe, das minhas nestas, em nome da Deputada Aurelina e da Deputada Ângela, se sintam cumprimentadas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhora Presidente, caros colegas, na esteira do que disseram meus antecessores, quero cumprimentar todas as mulheres, começando por Vossa Excelência, Vice-Presidente desta Casa, a todas as nossas servidoras e não só a elas, mas as suas mães e filhas. E cumprimentar a mulher roraimense

e homenageá-la neste dia. Senhora Presidente, esta data, às vezes, perde o sentido, pois há muitas mulheres hoje, que já não veem mais sentido em comemorar o dia da mulher. Mas, não podemos esquecer que muitas mulheres ainda vivem alguns problemas importantes, pois são vítimas de violência todos os dias, muitas não conseguem um atendimento de saúde digno para resolver as suas questões, e algumas exercem a mesma função dos homens, mas não recebem o mesmo salário. Então, isso tem que ser uma luta de todos nós. Precisamos continuar trabalhando e defendendo essas conquistas das últimas décadas e progredindo em cima disso. Portanto, parabéns a todas as mulheres e muito obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhora Presidente, nesse dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, quero me somar aos colegas que me antecederam e começar saudando Vossa Excelência que preside a Mesa, a Deputada Ângela Portella, as servidoras dos nossos gabinetes, as mulheres roraimenses de modo geral, pela passagem desse dia. Se olharmos o retrospecto da evolução das conquistas da cidadania da mulher no Brasil, nós vamos ver que é uma trajetória belíssima. A mulher, que nos primórdios não tinha direito sequer de votar, não tinha direito a nada, hoje assume, de forma corajosa, um lugar na sociedade ao lado do homem, participando do orçamento familiar. Isso é extraordinário e não raro, e aqui, em Roraima, nós temos um percentual superior a 30% de mulheres que são chefes de família, de modo que, eu me associo a essa homenagem a todas as mulheres, mas deixo uma espécie de desafio à mulher roraimense, à mulher brasileira, que ela busque mais a participação política. Eu, particularmente, entendo que a mulher tem demonstrado, à medida que ingressa na política, condições de se igualar e de até superar o sexo masculino. Acho até mais fácil trabalhar com as mulheres no dia a dia, do que com os homens. Os homens, de um modo geral, são mais acomodados em suas atitudes, enquanto que as mulheres que atuam no serviço público, levam mais a sério a sua missão, o que facilita o trabalho de todos quantos operamos. Então, parabéns às mulheres do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Jean Frank** – Senhora Presidente, quero enaltecer esse dia tão importante, que é o Dia da Mulher, em que se comemora também, 80 anos da conquista do voto feminino. Quero parabenizar e agradecer às mulheres que me acompanham, a minha mãe; a Lurdinha, minha chefe de gabinete; a Deize, minha assessora; a Samy, a Meire, e as três mulheres da minha vida, a minha mulher e as minhas duas filhas. Parabéns as mulheres de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu também quero fazer uma homenagem a todas as mulheres, e dizer que hoje, comecei a cumprimentá-las cedo. Também tenho na minha vida quatro mulheres que me dão alegria, me dão sustentação nas horas mais difíceis. A mulher é o ser vivo mais importante da terra, porque guarda no seu íntimo a possibilidade de gerar uma vida, de provar o mundo. Portanto, sempre rezo pedindo a Deus que proteja as mulheres, porque sem elas, com certeza, iríamos perecer. Portanto, quero dar um grande abraço em todas as mulheres deste País, agradecer as servidoras da Assembleia Legislativa que ajudam a manter esta Casa funcionando e as nossas Deputadas, **Aurelina Medeiros** e **Ângela Portella**. Muito obrigado e um beijo no coração de todas elas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar, como os demais Deputados e Deputadas, a mulher brasileira, a mulher mãe, a mulher batalhadora, guerreira, a mulher que ao mesmo tempo ama, cuida e dispensa todo o seu carinho para que o lar, a família seja, realmente, delineada com traços de conquista e de vitórias. Parabênizo todas as mulheres roraimenses, todas as mulheres do nosso País, e porque não dizer, todas as mulheres do mundo. Parabéns.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, bom-dia. Quero cumprimentar a todas as mulheres aqui presentes, e render, também, a minha homenagem às mulheres brasileiras, roraimenses, mulheres essas que, como falou o Deputado **Erci de Moraes**, no nosso Estado, 30% são chefes de família, e ocupam cada dia mais, espaço no mercado de trabalho, assumem responsabilidades importantes, até então, só assumidas pelo sexo masculino. Também quero deixar nossa mensagem às mulheres roraimenses, e pedir que se organizem, se insiram na política, porque há muitas demandas que passam pela via política e, infelizmente, hoje ainda temos um percentual mínimo de mulheres nesta Casa, na Câmara de Vereadores, à frente das entidades sindicais. Acredito que cabe sim a mulher roraimense ocupar esse espaço de maneira organizada, compromissada com aquilo que faz, na defesa não só dos seus interesses,

como, também, da classe trabalhadora como um todo. Quero parabenizar, em nome da minha esposa, a todas as mulheres, as esposas dos policiais, em nome da Senhora Cléo, esposa do Tenente do Corpo de Bombeiros, todas as policiais, em nome da nossa Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros, pois pela primeira vez temos uma mulher no comando de uma entidade de policiais e bombeiros. Portanto, quero parabenizar a todas as mulheres roraimenses.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de render as minhas homenagens às mulheres do nosso Estado, em nome das mulheres que mais amo, a minha esposa, minha mãe e minhas duas filhas. Quero dar a mão a palmatória e reconhecer a importância da mulher, da mãe, da filha, da irmã, da trabalhadora, e desejar que a cada dia que passa nós possamos ver a mulher cada vez mais, ocupando seu espaço e sendo reconhecida pela importância que tem. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero aproveitar a oportunidade para homenagear todas as mulheres do nosso Estado, em especial minha mãe, minha esposa, minha sogra, minhas duas filhas, que são as cinco mulheres da minha vida e que estão do meu lado sempre, principalmente, nas horas difíceis. Essas cinco mulheres são meu alicerce. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Queria dizer que sou uma mulher privilegiada, Deputado **Chicão da Silveira**, sou funcionária pública, sempre trabalhei pela minha formação profissional, na minha casa tenho quatro filhos homens, e sou privilegiada porque recebo todos os dias o carinho, o afeto e o apoio dos homens enquanto mãe e mulher. E aqui, hoje, eu recebo dos meus colegas os parabéns e homenagens extensivas a todas as mulheres do meu Estado. Um abraço da nossa Assembleia Legislativa, do nosso Presidente, da Mesa Diretora, dos meus colegas a todas as mulheres de Roraima. Pode parecer estranho que nós não estejamos aqui, fazendo a nossa comemoração pelo Dia Internacional da Mulher, uma ação que é comum, a qual a Assembleia Legislativa nunca deixou de realizar, mas queria avisar as nossas servidoras, aos familiares de cada uma, às pessoas que estão nos ouvindo, que nós vamos fazer uma grande festa, se Deus quiser, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na quinta-feira. E, desde já, quero pedir o apoio dos Deputados para que já na terça-feira pudéssemos votar projetos importantes para lançarmos no dia 15 de março, na comemoração alusiva ao Dia Internacional da Mulher, projetos como a Procuradoria Especial da Mulher, que é um projeto da Câmara Federal, com braço já nos programas do Governo Federal alusivos à mulher, relacionados a questão da violência, do apoio social, psicológico e de tantos outros, com braços também nas políticas internacionais. E, o nosso atraso é por que viria, no dia 15/03, a Procuradora Especial da Câmara Federal nos fazer uma palestra, mas ela vai estar em Genebra representando as mulheres brasileiras. Então, vamos fazer nossa comemoração aqui e queremos contar com a presença das nossas parlamentares. Nós vamos homenagear as mulheres que têm se destacado uma Desembargadora, uma Conselheira, uma Reitora, uma policial da PM, as mulheres da FAB, do Exército Brasileiro, das Associações de Camponeses, das associações de donas de casa, da FETAGRE, da OAB, da medicina e de tantos outros setores. Logo, o nosso Presidente, juntamente com a Mesa Diretora da Assembleia, fará justa homenagem às mulheres na presença dos nossos 22 Deputados que estarão aqui, também homenageando essas heroínas que representam uma luta de anos e a vitória das mulheres que se consolida a cada dia. Queremos homenagear, de forma extensiva, através das Associações, a todas as mulheres. Portanto, vamos fazer nossa homenagem às mulheres no dia 15 de março e convidamos a todas para estarem presentes neste evento. E hoje, no Dia Internacional da Mulher, queremos levar, em nome da Mesa Diretora, em nome do meu Presidente Chico Guerra, dos meus colegas Deputados, um abraço a cada mulher. Ontem, fui a Secretaria de Saúde e lá estava o coral das reeducandas da SEJUC. A elas que estão ali, muitas vezes com uma expressão no rosto como se não soubessem por que estão, às mulheres que estão no campo, que estão operando, às meninas da Assembleia, pois sem elas nosso trabalho não poderia existir enquanto instituição, a todas um grande abraço especial nesse Dia Internacional da Mulher. Hoje, nossa sessão não foi deliberativa porque estão sendo lançados programas ainda alusivos à semana da mulher e, é em função de muitas festividades que adiamos a nossa comemoração para a semana que vem.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro presente Sessão e convoco outra para o dia 08, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela**

Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio

Aprovada Ata Sucinta em: 13/03/12

**ATA DA 2098ª SESSÃO, EM 20 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

**=ORDINÁRIA=
PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA
MEDEIROS.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia vinte de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 013/12, de 13/03/12, do Deputado Francisco José Brito Bezerra, informando os nomes e funções dos Deputados que comporão a frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis;

.Memorando nº 008/12, de 14/03/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária no dia 14/03/12;

.Memorando n.º 014/12, de 16/03/12, do Deputado Brito Bezerra, informando que dia 13/04/12 será instaurada a Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis, e solicita a Disponibilidade do Plenário Noemia Bastos para este dia;

.Memorando nº 015/12 de 16/03/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, comunicando sua ausência na Sessão Plenária no dia 15/03/12. **TRIBUNAL DE CONTAS:**

Ofício nº 001/12/COGED-TCE/RR, de 13/03/12, requisitando cópia de documentos; **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:**

Ofício nº 068/12, de 13/03/12, acusando o recebimento do convite para participar da solenidade Comenda Orgulho de Roraima. **EXTERNOS:**

.Ofício nº 119/12, de 29/02/12, da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando exemplar de Moção n.º 05/2012, de autoria do Vereador Manoel Lopes, através da qual o autor aplaude os Ministros do Supremo Tribunal Federal pela aprovação da Ficha Limpa;

.Correspondência s/nº, de 13/03/12, da Gerente Comercial da CERR/Rorainópolis, solicitando ingresso de Rorainópolis no DDD da região Sul de Roraima;

.Ofício n.º 045/12, de 15/03/12, da CODESAIMA, solicitando cópia do Processo completo à Liquidação da CODESAIMA, que deu origem a Lei n.º 610/22/08/07 que extinguiu a Companhia, sendo posteriormente pela Lei n.º 723/06/07/09; Ofício nº 0137/12, de 15/03/12, da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima, solicitando as datas, e os horários, a fim que possam preparar previamente o material e as apresentações do Seminário;

.Ofício n.º 001/12, de 16/03/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, encaminhando esclarecimentos referentes ao OF./S.L./PRES./Nº 010/201; OF/GP UNALE Nº 081/2012 informando a este Poder que no dia 21 de março do corrente, o Presidente da UNALE Deputado José Luís Schafer, acompanhado do Diretor Geral

da UNALE Sr. Lauri Gisch, do Assessor Político Sr. Thiago Almeida e do Professor Silvio Teitelbaum, estarão nesta Casa Legislativa para divulgar a XVI conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais que terá como tema: Matrizes Energéticas e alternativas para o futuro”. Com palestra sobre Equilíbrio Federativo proferida pelo professor Silvio Teitelbaum.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu vim para a Tribuna apenas para fazer um chamamento à Assembleia Legislativa como um todo e às pessoas da sociedade, pois amanhã haverá ter uma palestra muito importante, promovida pela UNALE, com o Doutor Silvio Teitelbaum. Alguns que foram na reunião da UNALE ano passado em Natal, acredito que o Deputado Erci, Deputado Chagas já tivemos a oportunidade de participar de palestra sobre o Pacto Federativo, sobre todos os recursos nacionais que a União concentra tanto, e tem causado sérios problemas aos Estados e Municípios. Então, essa palestra é extremamente importante, pela exposição, conhecimento profundo sobre finanças públicas. Então, teremos a oportunidade, inclusive, de dirimir dúvidas e apresentarmos sugestões para a UNALE, para que possa dentro de seu entendimento político levar essas propostas junto às bancadas de vários outros estados do País.

O Pacto Federativo é um tema de relevância, que a UNALE tem se pegado, para atender frequentes reclamações dos Prefeitos e de Governadores do País inteiro. Portanto, ocupei a Tribuna para fazer essa observação e pedir em nome da Presidência desta Casa, para que amanhã todos nós deputados estejamos presentes na palestra de extrema importância. Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais oradores inscritos, passaremos para Ordem do Dia: discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 001/2012 que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do poder judiciário do estado de Roraima, para o ano de 2012, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; em turno único, da Mensagem Governamental nº 001/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 010/11 que “Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 30% sobre o valor anual do IPVA aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Trânsito Brasileiro”; Mensagem Governamental nº 002/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 070/11 que “Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME, no Estado de Roraima e dá outras providências”; Mensagem Governamental nº 005/12 de veto total ao Projeto de Lei nº 053/11 que “Dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos”; Mensagem Governamental nº 007/12, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11 que “Institui o Estatuto dos militares do Estado de Roraima em consonância com as disposições do artigo 142, Parágrafo 3º, inciso X, e artigo 42, Parágrafo 1º, ambos da Constituição Federal de 1988 e artigo 13, inciso XVII, e artigos 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências”.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa emitir parecer aos referidos vetos.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – **Coloco em discussão**

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 001/12.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - (Lido o Projeto de Lei Complementar nº 001/12).

A Senhora Presidente

Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado em segundo turno. Continuando informou que os vetos constantes na pauta da Ordem do Dia foram transferidos para a próxima Sessão.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 001/12, que “Dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos nativos e inativos do poder Judiciário do estado de Roraima para o ano de 2012 e dá outras providências.

Portanto, trata-se de projeto já aprovado em primeiro turno, por esta Casa, que estamos colocando em votação em segundo turno.

Solicito ao técnico a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 001/12 com 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Neste momento, a Sessão será transformada em Comissão Geral para ouvir o Presidente do IPER e sua equipe, conforme requerimento aprovado por esta Casa.

Em resposta a esse requerimento, foi encaminhada a Esta Casa a cópia da Ata, conforme solicitação, também há alguns esclarecimentos sobre os quais, só agora alguns Deputados, tomou conhecimento, inclusive eu.

Atendendo a esse requerimento, aprovado em plenário, se encontram aqui o Senhor Rodolfo Braga, Presidente do IPER, e o Doutor Leocádio.

Gostaria de dizer que esta reunião, como é praxe no Senador Federal, Câmara dos deputados, todas as reuniões para encaminhar Pedido de Informação, são reuniões feitas em comissões, mas aqui infelizmente passou, onde as pessoas têm liberdade maior para expor aquilo que é solicitado, enquanto a gente desconhece o Pedido de informação prestado em público, mas o IPER se propôs a vir até aqui.

Com relação a vários itens solicitados aqui, gostaria de dizer que a Lei 105 de 10 de janeiro de 2001 que “Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, é uma lei complementar federal que limita e muito a resposta a algumas informações aqui formuladas. Não se atina a essa lei federal as informações do IPER. O Presidente do IPER e do Conselho estão aqui para falar sobre o IPER.

Com relação às instituições financeiras existem limitações de ordem legal. Os Deputados têm em mãos a lei que diz, inclusive, que o sigilo às informações deve ser em relação às informações que se referem a essa lei, devem ser feitas através da justiça, é uma lei federal e que o servidor, por exemplo, Doutor Braga ou Doutor Leocádio, para falar de fundos, de instituições financeiras, ele pode ser punido com um a quatro anos de reclusão.

O Doutor Braga e o Doutor Leocádio estão aqui para prestar informações relativas ao IPER e responder tudo aquilo que for solicitado e que não venha a prejudicá-lo hoje. Fora isso, os dois se dispõem a uma reunião com os Deputados na sala de reuniões da Assembleia onde eles possam prestar outras informações de forma reservada, pois não podem ser públicas.

Estou dizendo isso, porque vai chegar um momento em que alguma informação, como exemplo, pedida aqui, há limite da lei, conforme vocês têm em mãos, não seria o Doutor Rodolfo Braga a responder, mas as instituições financeiras, ele não tem autonomia para isso. Isso é apenas um esclarecimento, o que for possível, eles estão para fazer as suas apresentações, o que não for possível, o que a lei não permitir, eu gostaria que os Senhores entendessem aquilo que não é possível falar.

Concedo a palavra ao Presidente do IPER para sua explanação sobre a instituição.

O Senhor Presidente do IPER **Rodolfo de Oliveira Braga** – Bom-dia a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Deputado Jalsler que compõe a Mesa; Doutor Leocádio, Presidente do Conselho Estadual de Previdência; Isaías que é o meu diretor financeiro; Doutora Tatiene, Diretora de Previdência; Doutora Nádia, Diretora Administrativa; minhas duas secretárias, meu assessor de planejamento, Rigoberto.

Antes de mais nada peço às minhas duas secretárias distribuir aos Deputados a publicação da revista, Investidores Institucionais e as leis 030 e 067.

Senhores Deputados, Senhores da imprensa na plateia, prestigiando esta Casa, gostaria, em nome do decano desta Casa, Doutor Erci de Moraes, cumprimentar todos os colegas Deputados presentes.

Senhora Presidente, inicialmente, vou ler o ofício do Ministério das Previdências nº 151 MPS/SPPS de 16 de fevereiro de 2012, que comunica ao Senhor Governador do Estado e Presidente do IPER de que o Ministério da Previdência, a Receita Federal, e os órgãos que fazem o controle financeiro deste país, realizaram uma auditoria específica aos Fundos de Investimento dentro do Instituto de Previdência do Estado de Roraima. Na terça feira passada, no dia 13, até a sexta-feira, os técnicos do Ministério da previdência estiveram dentro do IPER fiscalizando todos os investimentos, todos os aportes que foram feitos pelo gestor atual. Quero, aqui, dizer para os Senhores que se tivessem qualquer investimento, de forma errada dentro do IPER, se tivessem enquadrado dentro da portaria do Ministério da Previdência e dentro da resolução 3922, informo-lhes quais seriam as penalidades

para o Estado. Se reporta dessa forma o Secretário do Ministro: por oportuno, salientamos que o não atendimento a esta solicitação, constitui infração ao artigo 9º, parágrafo único da lei 9717, de 27 de 11 de 1998, resultado na suspensão de novas emissões do certificado de regularidade previdenciária, nos termos do parágrafo 5º, incisos X e XII, parágrafo 5º, da portaria do ministério da Previdência, nº 204, de 10/07/2008, que impedirá aos Estados e Municípios receber transferências voluntárias dos recursos da União, que deixam de celebrar acordo, convênios, contratar empréstimos, financiamentos e constituições financeiras federais, receber valores da compensação previdenciária que é o COMPRE do FGTS. Então, Senhores, se os técnicos do Ministério da Previdência, os técnicos do banco que estiverem lá, também os técnicos da Receita Federal, tivessem encontrado qualquer irregularidade dentro do IPER, os Senhores podem ter certeza absoluta que não teria nenhuma condição de receber os convênios lá no IPER para concluir as obras que o Governo do Estado está desenvolvendo no Estado. Então, ao iniciar a apresentação, peço ao meu técnico Fabrício, colocar na tela o início da apresentação sobre os investimentos do Instituto de Previdência do Estado. A legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos do IPER é uma resolução do Conselho Monetário Nacional, é a Resolução nº 3922 de 23/11/2010. Todos os investimentos do IPER deverão estar enquadrados dentro dessa resolução. Então, até trinta de dezembro do ano anterior, você é obrigado a elaborar a política de investimento e enviá-la para o Ministério da Previdência. O que é a política de investimento? A política de investimento é tudo o que você vai poder fazer no ano subsequente. Eu reúno os técnicos, conversamos, analisamos e planejamos todos os possíveis investimentos que vamos fazer e levamos para o Conselho Estadual da Previdência, o CEP. Nós, no ano de 2012, eu passei cerca de dois meses nos reunindo com os Conselheiros para convencê-los de que era preciso fazer a diversificação dos investimentos porque era necessário. Primeiro, nós vamos saber o que, no decorrer, porque a Lei deu uma abertura para você fazer, segundo, pelos problemas que nós atravessamos hoje com relação à economia do País. Então, nós temos em relação a essa política, os limites de concentração de recursos e nós temos como aplicar os que estão em crédito. Nós temos os ativos de baixo risco, temos renda fixa, renda variável, temos crédito imobiliário e, nos limites gerais, temos ainda os ativos de baixo risco de crédito que nós investimos hoje. Na segunda página, está exposto o enquadramento dos limites de resolução. Ano passado, em 2011, estávamos 100% somente em títulos federais. No ano de 2012, temos 80% em títulos federais, nós temos 12% em renda fixa com título privado, temos 4,5% de patrimônio de DIC, nós temos 0,59% na Bolsa, e 2,63% em fundo de participação. Na página seguinte, isso é muito importante, e nós vamos atentar na página seguinte, foi a evolução do patrimônio do IPER, atentem para a evolução do patrimônio do IPER. Em 2003, nós começamos com 22 milhões de reais; em 2004 com 45; em 2005 com 107; em 2006 com 180; 2007 com 268; 2008 com 399; 2009 com 536; 2010 com 703; 2011 com 898; e em 2012, estamos com 948 milhões. As medidas foram implantadas no ano passado, nós fizemos, participamos de vários congressos com entidades previdenciárias. Nós fizemos um edital de credenciamento dos fundos, o que não é necessário, o nosso modelo será adotado na próxima resolução do Ministério da previdência, quanto ao fundo, não é necessário fazermos credenciamento, e os auditores queriam saber aonde foi, de onde nós tiramos isso, porque não está na legislação. E o nosso técnico respondeu que no IPER não se inventa a roda. Então, copiamos de alguns estados que estavam elaborando e implantamos como uma obrigatoriedade. O IPER também não tinha comitê de investimentos, e nós criamos esse comitê. Nenhum funcionário do IPER, exceção do nosso ex-diretor financeiro, tinha qualificação profissional. Nós fizemos para os mais de dez funcionários nossos, inclusive, todos do comitê de investimentos, a certificação profissional que é o mínimo que se pede para alguém que entenda de fundo de investimento e entenda de bolsa. Então, hoje nós temos um comitê de investimento que nunca, durante os 11 anos, foi implantado no Instituto de Previdência. Fizemos, também, as notas técnicas. De todos os fundos nós fizemos uma nota técnica dizendo o porquê para investirmos nesse fundo. Segundo, em 2012, está havendo o desenvolvimento desse relatório gerencial que temos que precisa ser feito mensalmente, e a diversificação da carteira de investimento. Temos, ainda, com propósito de uma custódia diversificada com alguns bancos para dar suporte ao IPER e uma maior transparência, através do site do IPER, que ainda não tem site, então temos que criá-lo,

porque doravante os técnicos do Ministério não virão mais a Boa Vista, eles vão analisar o que estiver em nosso site. Com relação à página seguinte, primícias utilizadas pelo IPER. Tivemos a liquidez no que diz respeito ao qual é o meu horizonte temporal para o resgate? Quando é que eu vou precisar de dinheiro para pagar os aposentados? Vou poder pagar em 2023. então, até 2023 eu vou poder ter dinheiro aplicado em fundos sem problema nenhum, até aí sem nenhum problema, em fundos de longo prazo. Em relação aos investimentos, qual a segurança e os riscos? Todos os fundos que foram investidos são garantias reais, e o risco de cada fundo é risco médio. Os Senhores vão saber porquê. E a rentabilidade? A rentabilidade de todos os fundos em que nós aplicamos, são rentabilidades acima do passivo atuarial. Você não mede um fundo pelo o que ele está hoje, você vai medir um fundo daqui a dois, três anos, dez anos. E nós vamos demonstrar isso. Verificação da 3922, todos os nossos fundos de investimento estão enquadrados dentro da 3922, todos, sem exceção. Monitoramento no mercado de juros, nós precisamos monitorar os juros e a inflação diariamente, mensalmente, por quê? Porque os investimentos do IPER estarão focados, principalmente, nos mercados e em juros e inflação. O acompanhamento da carteira, isso é necessário, por quê? Porque você pode ter um fundo hoje, e você pode acompanhar a carteira desse fundo mensalmente. Falei aqui quanto às reuniões que a gente dizia para o CEP, estamos arrumando um trabalho maior, porque nós precisamos acompanhar os fundos. Agora, que somos sócios dos fundos de investimentos, precisamos monitorar para saber quais são os ativos que estão dentro da carteira, o que está sendo comprado e transacionado dentro da carteira desses fundos. Este aqui é importante: o cenário de 2012 e as metas atuariais, a meta atuarial do IPER em 2009, que é o IPCA, mais 6%, em 2009, a meta atuarial foi 10,57, em 2009 foi 9,88, não se batia a meta com SELIC. Em 2010, 9,75%, não se batia a meta com SELIC; em 2011, foi 11,60%, não se batia a meta com a SELIC; a SELIC está projetada para este ano para 9,33%, com viés de baixa ainda. Nós vamos ter um viés de baixa, então, nós ainda não vamos bater com o SELIC também. Qual é o IPCA para este ano? Qual Será a inflação deste ano? A inflação de 2009 foi 5,46; 2010 foi de 3,74; 2011 foi f de 6,60; para este ano a estimativa é de 5,26; os juros reais de 2009 eram 4,19; 2010 de 5,79; 2011 de 4,79; e este ano os juros reais baixaram para 3,86. Então, quero deixar claro que, com o IPCA mais 6%, nós não vamos conseguir bater meta atuarial, aplicando em títulos públicos. Estamos saindo dos títulos públicos, porque nós não vamos conseguir bater meta, por quê? Vamos saber aqui na frente. Quando eu não atinjo a meta atuarial, o Governo é obrigado a aumentar a alíquota de contribuição tanto do servidor como patronal, correto? Então, alcançar a meta atuarial é importante. Eu não posso estar no IPER fazendo uma administração mais passiva, eu tenho que fazer uma administração ativa. É por isso que, com a nova legislação, todos os nossos diretores e o presidente do IPER terão que ser certificados para atuarem no mercado financeiro. A primeira certificação é CPA10, a segunda é a CPA20, e a terceira é o CFE. Então, todos, sem exceção, terão que ser certificados para atuar, porque nós temos que conhecer de mercado. Você tem que saber o que você está aplicando e por que você está aplicando. Posição de investimento de 2011, quando tínhamos duas carteiras, tínhamos uma carteira só, a carteira do IMA. No Banco do Brasil, nós tínhamos o BBRPPS atual, conservador, IMAB 538 milhões; na Caixa, títulos Públicos, nós tínhamos 359 que perfaziam um total de 898 milhões de reais. No gráfico, conforme estamos vendo, 100% do dinheiro do IPER, do dinheiro do servidor, estavam concentrados em um único índice, que eram as NTs NBS atreladas ao IMAB. O IMAB é um índice que reflete a variação do mercado de títulos públicos federais indexados ao IPCA e às NTS, NBs. Esses títulos foram excelentes investimentos durante as últimas décadas, e com o fechamento dos juros reais, antes obtiveram um desempenho bem acima da taxa de inflação de juros da economia Selic. Então, se você observar o no próximo item verá que o desempenho do IMA em 2004 foi de 19,85%; 2005 foi de 13,89%; 2006 foi de 22%; 2007 foi de 14,04%; 2008 foi de 11,03%; 2009 foi de 18,95%; 2010 foi de 17,04%; 2011 foi de 15,11%; neste ano ele está em 13,84%. Com esse mesmo desempenho, nós tivemos a Selic de 2004 até 2012 onde o IMA bateu meta. Então, nos últimos quinze anos foi para o Instituto de Previdência um ótimo negócio aplicar nos IMAS. A partir de agora, as coisas mudam, por quê? Como a gente viu, anteriormente os títulos públicos que nós aplicamos, todos eles estão indexados ao IPCA, mais 06%, é o que pagavam as TNBS. Então, antigamente nós tínhamos IPCA, mais 06%. Hoje, temos IPCA mais 4,5%. É o máximo que, hoje, nós vamos ter nos títulos públicos, e ele

está baixando mais por problema de economia, os juros estão diminuindo, a economia está estabilizando. Então, os títulos públicos estão pagando menos hoje.

Então, vamos ver na página seguinte. Por que modificar o que está dando certo? Antigamente, o IPER era o IPCA mais 6%. Se nós observarmos o gráfico abaixo o vencimento do título é de 15/05/13, ano que vem, observe o seguinte: esse título valia 8,15%, esse mesmo título, hoje, vale 2,69, ele baixou de 8 para 2. Em 08, ele dava rentabilidade de 2,69. Eu não tenho rentabilidade, não bato meta. Não tem como bater meta dessa maneira.

Em 2015, quando se vê aqui IPCA, 2012, 2015, 2016, é porque os nossos fundos são atrelados a essas datas, vamos investir. E mesmo investindo na Caixa e no Banco do Brasil, os nossos títulos estão atrelados a essas datas, você vai comprar esses títulos com vencimento nessas datas.

Deputado Flamarion, a taxa do IPER com relação ao Ático RF institucional, a taxa de administração é de 0,70%, não é 12%. No dia do seu pronunciamento, Deputado Flamarion, o senhor falou que a Caixa possui um capital acima de R\$ 2 bilhões e só pode quebrar se levar junto o Estado brasileiro, mas os fundos, onde foram aplicados os recursos dos servidores de Roraima, possuem capitais de R\$ 300 milhões e R\$ 43 milhões, causando insegurança ao investidor. Não existe nenhuma relação ao capital da Caixa ou a qualquer gestor de recurso, a própria Caixa possui fundos de R\$ 200 milhões. Apliquei num fundo da Caixa agora, excelente, que tinha R\$ 30 milhões, e hoje tem R\$ 50 milhões. Um fundo de investimento começa com zero, ele tem CNPJ próprio, ele não tem nada a ver com a Caixa Econômica que, às vezes, é apenas a administradora ou a custodiante do fundo, o fundo tem CNPJ, administrador e gestor próprios, ele não tem relação com a Caixa, existe uma segregação, a Caixa não se responsabiliza por nenhum dos fundos que administra. Se houver algum problema, é problema do investidor, é por isso que hoje o Ministério da Previdência e o Banco Central estão profissionalizando o IPER, é por isso que todos os investidores dos Institutos de Previdência têm que ter certificação para atuar no mercado financeiro, têm que conhecer do produto, se você não conhecer do produto pode entrar em uma grande cilada. Não posso divulgar o nome, mas uma grande instituição vendeu para os institutos R\$ 1 Bilhão de reais em FCVS, que eram duplos A, não era tripla A, era duplo A, e eles diziam que estava tudo bem, que não tinha nenhum problema, e o que aconteceu depois foi justamente o contrário. Os Institutos hoje estão amargando junto com alguns bancos R\$ 1 bilhão de prejuízo. Podem ter certeza absoluta, para se fazer investimento, hoje, tem que conhecer, se você não conhece tem que ter alguém ao seu lado que possa lhe dizer o que tem na lâmina do fundo e mesmo que você saiba o que tem na lâmina do fundo hoje, tem que participar dos comitês dos fundos para ver o que vão comprar amanhã ou o que vão vender, para não trocarem o que tem dentro do fundo, pois hoje pode ter um prédio bonito e arrumado, e amanhã tira o prédio e coloca no lugar um monte de carro velho. Então, os gestores dos Institutos de Previdência têm que ter acima de tudo conhecimento do mercado financeiro, se não for assim pode ter certeza que teremos problema, por isso é obrigatoriedade hoje, a certificação de todos os gestores. Então, como falei, não temos nenhum relacionamento com o Fundo Ático ainda, mas o Ático e todos os fundos têm CNPJ próprio, todos. Em outra afirmação, Vossa Excelência disse que em um levantamento feito sobre o rendimento das instituições, no período de dois anos, 2010 a 2012, confirma que a Caixa alcançou 40% a mais que os dois fundos. Se formos comparar o rendimento da Caixa com o rendimento do Fundo Diferencial Renda Fixa no período pesquisado por Vossa Excelência, período de dois anos para ter uma amostragem do comportamento do fundo a comparação da rentabilidade do fundo da Caixa, onde ainda mantemos investimentos, o fundo de referencial renda fixa cujo início da atividade foi dia 08/07/2010, no período analisado de julho de 2010 a janeiro de 2012, rendeu 26,01%. Enquanto a Caixa no mesmo período rendeu 25,86%. Então cabe salientar que análise de investimento responsável não pode se basear por rentabilidade passada, e sim no investimento no futuro. Então, não posso dizer que esse fundo em que estamos investindo vai render 30% ou vai cair. Lógico, tem dois índices nele, ICP, IMA, e tenho certeza absoluta que tenho que bater meta, mas se ele estivesse só em título público, tenho certeza que não bateria meta com ele. O intuito da migração, da diversificação dos recursos, foi diminuir a exposição do Instituto da Previdência em TFP – em Títulos Públicos Federal, por isso que foi diversificado, não foi por outra coisa, não porque eu quisesse. A diversificação se fez porque os TFP a partir deste

ano não terão a mesma rentabilidade que tiveram nos últimos quinze anos. Além disso, lembrou o Deputado que o Governo só pode reaver o valor ou parte dele após sete anos, sendo uma parte em três anos, e o restante em quatro anos, que é um período de retenção muito longa que terá que esperar passar outras gestões para poder mexer no dinheiro. Esclareço ao Deputado, que os recursos previdenciários do IPER destinam-se aos pagamentos dos benefícios previdenciários dos servidores públicos do Estado. Esses recursos são totalmente segregados dos recursos financeiros do Estado. O IPER se preocupa em casar seus investimentos com o passivo atuarial e não com período de gestão de governo, período de 2, 5 e 10 anos são muito pequenos perto do horizonte previdenciário e a necessidade de liquidez imediata para pagamento de aposentadoria. Então, o que quero dizer ao Senhor, é que a gestão do fundo não é gestão do governo, tenho que fazer uma gestão pensando como é que vou pagar o servidor daqui a 5, 10, 15, 20, 30, 40, 50 anos, porque esses documentos de investimentos têm que estar disponíveis para a vida toda. Então, nos prazos de investimentos, temos como liquidez imediata R\$ 762.000.000,00 com liquidez imediata de 80%, com um ano e meio R\$ 45 milhões; com 2,3 anos R\$ 70 milhões; com 5 anos R\$ 5 milhões; com 6 anos R\$ 40 milhões; e com 7 anos R\$ 24 milhões; perfazendo o total de R\$ 948 milhões de reais, que são 100% do nosso PL. Munido de documentos, o Deputado revelou as condições de transferência daqueles recursos antes aplicados em bancos públicos, a Caixa Econômica Federal, e questionou a transparência da ação nas tribunas. O Deputado Flamarion apresentou acordões de Tribunais de Contas de quatro Estados brasileiros, que ratificaram como devem ser feitas as transferências de recursos, onde o processo licitatório é uma condição para que isso aconteça. Gostaria de dizer ao Deputado que, para você fazer a diversificação, não precisamos fazer licitação, precisamos fazer a licitação quando vamos colocar em um banco só. Então, se você vai licitar para colocar em um único banco, eu preciso saber quanto o banco vai dar para o IPER para colocar esse dinheiro lá, se tenho um bilhão para colocar na Caixa, no Bradesco, no Santander, no Banco do Brasil, então aí sim precisa de uma licitação, o IPER tem que fazer uma licitação. Quem pagar mais para ter um bilhão é que vai ganhar a licitação. Então, a licitação só se faz necessário quando o recurso for aplicado em um único banco, para diversificar não precisa a licitação. O que os Tribunais de Contas estão cobrando no País inteiro é que a diversificação seja feita da forma mais transparente possível. E o que mais se cobrou quando os técnicos do Ministério vieram aqui foi, em primeiro lugar, que as leis do IPER que mais parecem uma colcha de retalhos, conforme eles falaram, deverá ser unificada, fazer uma só lei para reger o IPER e a exigência da criação de um site para o IPER. A gestão dos recursos da previdenciária do IPER é própria, seguindo a política de investimento enviada pelo Ministério da Previdência, e as aplicações realizadas pelos gestores dos Institutos são certificadas pela AMBIMA. No dia 07 de março, o Deputado Flamarion disse ter um documento que exige um credenciamento do gestor para a aplicação de recursos, e segundo o Deputado, Roraima não tem uma política de Investimento como rege o Banco Central. Gostaríamos de dizer ao Deputado que nós temos sim, quando fizemos nossa política de investimento, se não me engano, dia 26 de dezembro, e a colocamos no Cadprev, é necessário que se coloque no Cadprev. Além de mim, no Instituto da Previdência, o Rigoberto também é certificado para fazer a aplicação. Se eu não estiver no Instituto, e alguém precisar de assinatura, Rigoberto pode assinar. Doravante, digo que nosso Diretor Financeiro tem um prazo estabelecido até o final do ano para ser certificado também, porque no próximo ano, Rigoberto não assina mais, pois não será mais Diretor, e quem vai ter que assinar é o Diretor Financeiro. E não é só isso, nós vamos cobrar de todo nosso COINVEST, nosso Comitê de Investimento, que todos estejam certificados porque nós precisamos discutir com nossos membros do Conselho de Investimento, e para isso é preciso que eles saibam o que estão discutindo e o que estão fazendo. O IPER credenciou todos os gestores através de Edital credenciamento, publicado no Diário Oficial, não é obrigado, não existe nenhuma legislação do Ministério da Previdência que diga que a gente tem que credenciar fundo, não tem. Nós fomos o primeiro Estado que fez o credenciamento do fundo, sabem por que? Porque nós não tínhamos conhecimento de mercado dos fundos, não sabíamos quem eram os fundos. Então, tínhamos que conhecer primeiro, tínhamos que saber o que tinham os gestores além das informações obtidas através do site. Então foi por isso que nós credenciamos. Sobre a política de investimento, é obrigatório regime próprio de

previdência enviada por investimento, nós fomos obrigados a enviar a política de investimento para o Estado. O Deputado Flamarion afirmou em seu pronunciamento que a Caixa Econômica teve um rendimento maior que o Banco do Brasil. É verdade, é correta sua afirmação. Ele questionou a causa da não retirada do dinheiro do Banco do Brasil, só da Caixa Econômica. Nós não retiramos o dinheiro do Banco do Brasil porque o Governo do Estado tem um contrato com o Banco, e não podemos tirar o dinheiro de lá. Tiramos da Caixa não porque deu mais rentabilidade, mas porque tínhamos que tirar de Título Público. Esse contrato com o Banco do Brasil é um contrato público. O Ministério da Previdência quando veio aqui, a primeira pergunta que eles fizeram foi por que eu não tirei o dinheiro do Banco do Brasil, se eu sabia da existência do contrato. Respondi que sim, que sabia do contrato, então eles me perguntaram se eu conhecia o contrato, e respondi que não, pois quando cheguei à Presidência do IPER, esse contrato já tinha sido firmado. A única coisa que fiz foi assinar uma adesão. Então, me pediram que, antes de sentarmos para trabalhar, antes de iniciar qualquer coisa, qualquer reunião, que eu fosse buscar o contrato com o Banco do Brasil. Então, fui atrás do contrato, entreguei uma cópia a eles que o levaram. Então, o que aconteceu? O dinheiro que saiu da Caixa estava em título público, e eu precisava dar uma rentabilidade maior. Em julho, agora, eles vão lançar FIPs, FIs e FDIIs, eu preciso tirar dinheiro da Caixa para investir? Não posso, tenho que aplicar lá, só se não tiver rentabilidade. Vou dar outro exemplo. A Caixa Econômica lançou o Fundo de Ações Small Cap, que é da Vincent Partners, sabe o que aconteceu? Não investe mais porque o fundo era fechado, esse mesmo fundo tem no Bradesco, no Santander e no HSBC, enquanto na Caixa esse fundo de ações vou retirar com 5 anos, nos outros bancos particulares, tiro com 21 dias. Então, não tem nenhum sentido aplicar num fundo como esse, para passar cinco anos lá. Mas, esse fundo era interessante. Então, esse mesmo fundo tem lá na Caixa. No dia em que apliquei, todo os gestores diziam para aplicar em Small Cap em janeiro, e eu só consegui aplicar esses R\$ 5 milhões, mas podem ter a certeza que é um fundo excelente, o fundo Small Cap também, tanto do Santander, HSBC, todos esses bancos estão tendo essa rentabilidade. Quero, antes de mais nada, agradecer a paciência dos colegas, aos Deputados Estaduais, a todos aqueles que estiveram aqui neste momento, dentro das minhas limitações, me disponho responder o que souber e puder. Alguém me disse, olha, o IPER não é uma Instituição financeira. Respondi, realmente o IPER não é uma instituição financeira mas, os fundos onde investi são. Então, não sou obrigado nem saberia responder a tudo sobre alguns fundos até porque alguém pode dizer que coloquei R\$ 10 milhões nesse fundo, e me perguntar quantos institutos tem nesse fundo. Não posso dizer, posso até saber quantos são, mas não posso dizer aqui porque os fundos não me autorizaram a dizer o que tem lá dentro, o que tem lá. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Antes de passar a palavra aos senhores Deputados, aviso que amanhã na Sessão de 21 de março, conforme documento aqui, assinado pela maioria dos Deputados, requerendo que a Sessão seja transformada em Comissão Geral, momento em que está Casa receberá o excelentíssimo Senhor Presidente da UNALE, Deputado José Luis Schafer – TCHÊ, para divulgação da XVI Conferência Nacional dos Legisladores dos Legislativos Estaduais, abordará o tema: “Matrizes Energéticas e alternativas para o futuro, na oportunidade também será proferida uma palestra pelo professor Sílvio Teitelbaum sobre Equilíbrio Federativo. Portanto, amanhã estará presente o Presidente da UNALE, para discutir sobre o próximo encontro da UNALE, após a palestra do professor sobre Equilíbrio Federativo.

Prorrogaremos a Sessão, embora ninguém tenha solicitado, oportunizando a palavra aos Senhores Deputados. Fica determinado o tempo para a pergunta, um tempo regimental de três minutos para as perguntas, e estabelecido basicamente o mesmo tempo para as respostas.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Agradeço os esclarecimentos do Presidente do IPER ex-Deputado Braga, e dizer-lhe, a título de informação, que essa mesma Lei, a 105 de 10 de janeiro de 2001, diz em seu parágrafo terceiro que não constitui violação do dever de sigilo; no inciso 5º diz que a revelação de informações sigilosas com consentimento expresso dos interessados. Então, o requerimento foi feito pelos verdadeiros interessados nessas informações que são os representantes do povo. Portanto, com base nesse parágrafo e nesse inciso, Vossa Excelência pode se sentir à vontade para responder qualquer tipo de questionamento. Obrigado.

A Senhora Deputada (Aurelina Medeiros) – Com a palavra o Senhor Deputado Ionilson Sampaio.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhora Presidente,

agradeço as explicações, de certa forma, técnicas, que o ex-Deputado Braga apresentou para nós, gostaria ainda que o Presidente nos esclareça, pois ao ler a matéria do Senhor Bine, da Caixa Econômica, responsável pelos investimentos dos RPPS regime próprio da previdência, ele diz que, por conta da tendência da queda da taxa de juros no Brasil, esses fundos passam a não ser suficiente para o não atingimento de rentabilidade dos institutos. Daí a compreensão que tenho do IPER ter diversificado essas aplicações, entendo perfeitamente que aplicação do IPER é pela rentabilidade, mas ao mesmo tempo ele diz, que a Caixa Econômica está se associando ao BMG, Fundo da Vinci, alguns fundos que o próprio IPER fez esses investimentos, mais agências de classificações de riscos, como é o caso Stander pool, que faz essas avaliações. Essas agências regulam o mercado e essas aplicações são feitas analisando as classificações de riscos, esses fundos privados trabalham com a economia no país e alguns, inclusive, com investimentos estrangeiros, que vêm para o país, se a economia mundial anda ruim, é o chamado capital rolat, se a economia anda ruim esses fundos podem perder rentabilidade, embora eles ofereçam rentabilidade maior com relação aos agentes públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Eles oferecem uma rentabilidade maior, mas o risco também é maior, não seria mais prudente para o instituto de previdência do Estado outro RPPS, aplicar num fundo público e ter uma segurança maior, já que eles cobram uma taxa de administração menor, ou correr o risco de ter uma rentabilidade maior e você colocar nesses fundos abertos que o IPER aplicou. Acho que o montante que o IPER aplicou não é um montante considerável no que ele tem, e nós podemos avaliar isso, num ano, daqui a dois anos, para saber se está tendo rentabilidade ou não, se não está tendo rentabilidade necessária, eu observei aqui, que você pode tirar de alguns desses bancos, tem um que é sete de anos, outros de um ano, dois anos, para você retornar para Caixa Econômica e Banco do Brasil. Agora acho que a política de investimento de certa forma está correto, a única preocupação em relação à insegurança dessa aplicação. O mercado de capitais é um mercado de risco, todos nós sabemos disso, tem muita gente que perdeu o dinheiro, tem fundo de previdência que já perdeu dinheiro, inclusive, comprometendo aposentadoria de servidores, como é o caso do Maranhão que aplicou no Banco Santos um montante considerável, o banco quebrou e os servidores ficaram no prejuízo. A preocupação, meu caro Braga, é exatamente essa que Assembleia tem. Não é uma questão de oposição ou base do Governo, é uma preocupação dos servidores e de todos os Deputados com relação à segurança. Estamos vendo aqui nesse artigo da Caixa Econômica, relatório de rede preliminar da Stander Pool atribuir uma nota de AAA às cotas do fundo chamado: Fundo de Direitos Creditórios Abertos da Caixa, numa aplicação junto ao BMG que é um Banco privado, agora, é saber se a Caixa entra como garantidora. A preocupação é única e exclusiva da garantia.

O Senhor Presidente do IPER – Rodolfo de Oliveira Braga – Deputado, a Caixa não garante nenhum fundo, quando a gente entra num fundo tem o CNPJ próprio, a Caixa não garante nada, se ela tiver dois fundos de direitos creditório, um do BMG e um em Caixa, qual é que tem maior garantia? Todos dois tem a mesma garantia, são os mesmos ativos, o mesmo ativo que tem o BMG, são os mesmos ativos que tem na Caixa, a única diferença é que a Caixa tem uma capilaridade maior e ela pode colocar no mercado. Mas, vou falar uma coisa, o BMG, PACTUAL, esses bancos têm um expertise melhor do que a Caixa Econômica, eles estão contratando para lançar no mercado, porque eles não têm como fazer, eles conhecem muito de título público, fundo de pensão, porém eles não conhecem de mercado financeiro, por isso estão contratando.

Com relação à volatilidade desses fundos, todos eles são de médios riscos, assim como IMA B, todos eles, e o Senhor não se preocupe não, porque 80% do que temos de patrimônio e 80% de patrimônio de qualquer Instituto, por exemplo: do que tem cinco bilhões, sete bilhões e três bilhões, qualquer um desses institutos 80% desse dinheiro vai continuar em título público, os outros 20% vão para o mercado que é para começar bater meta. Então, não temos problemas. O Senhor pode ter certeza absoluta, o que temos de crédito privado, não tem essa rotatividade e tem a garantia que vai honrar o compromisso. Com relação em dizer que esses fundos investem fora, é proibido por Lei, está na Legislação, nenhum desses fundos que temos hoje estão aplicando fora. O Banco Santos quebrou, não foi porque ele diversificou, ele quebrou porque não diversificou, é diferente, ele colocou todo seu dinheiro num banco só. Se eu colocar todo o dinheiro em um banco, eu não posso mais hoje colocar dinheiro em mais bancos. Eu só coloco em fundo de investimento, é muito pouco que posso fazer só de um banco. Exemplo, tem FIP Patriarca, a

rentabilidade é excelente, eu conheço 20 institutos que estão no fundo do Patriarca, não coloquei, porque é um fundo de um banco, como estamos entrando no mercado agora não quis fazer, mas o problema é porque não foi diversificado, o problema do Banco Santos, como foi do Banco Bering, foi porque eles não diversificaram, eles pegaram o dinheiro dos institutos e colocaram só naquele banco. Quando você diversifica, você coloca em 30 fundos, se um fundo não der rentabilidade, 29 vão dar, se eu colocar só no IMA B, se houver oscilação dos juros do IPCA, eu vou ter uma oscilação, se eu colocar PCA mais crédito privado, se colocar no IMA C ou IRFM, o IMA B vai cair, mas o IRFM vai segurar, é um título público, só que eu coloquei título público prefixado. Aí, o que acontece? Vou me segurar, e se colocar no IMA geral, será a mesma coisa. Isso se chama balanceamento de carteira. Exemplo: eu só vou falar porque é público, vocês podem entrar no site da AMPREVE, Amapá Previdência, ele teve a coragem, no ano passado, de colocar tudo que ele tinha disponível em título público, ele disse que ia colocar, mas eu disse que não. Se nós não tivéssemos colocado no IMA estaríamos no prejuízo no ano passado. Eu não tenho conhecimento de ações ainda, estou entrando no mercado agora. E aí o que foi que aconteceu? Ele teve problema, mas se os Senhores olharem hoje de como está a bolsa, ele recuperou o que a de perdeu no ano passado. Então é uma aposta de gestores, nós não podemos fazer isso agora. Mas, daqui a 5,6,8,10 anos, vamos ter especialista lá dentro, só em mercado financeiro, não pensem os Senhores que, quanto ao dinheiro nosso daqui em dois anos vamos ter dois bilhões, e daqui a cinco anos o IPER terá sete milhões de reais. Então, é preciso ter uma equipe profissionalizada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; Presidente do IPER, Rodolfo Braga Presidente do Conselho Estadual do Previdenciário, Leocádio Vasconcelos.

Encaminhamos um Requerimento, ao Deputado Flamarion, e eu solicitando informação e ao mesmo tempo convocando o atual Presidente do IPER, Braga, assim como o Sr Leocádio. Porém, não obtivemos resposta, pelo menos não recebi de maneira oficial, recebi extraoficial, agora, há pouco, do Presidente desta Casa. A reposta extraoficial não contempla o pedido de informação que encaminhamos, não me sinto contemplado mesmo com sua explanação, Braga, durante sua fala. Daí o motivo que não vou adentrar, Braga, mesmo com formação acadêmica em ciências contábeis não vou adentra na questão acadêmica, não me sinto preparado. Entendo e recebi instruções no meu curso de formação o quanto é perigoso e arriscado neste mundo financeiro, preciso ter conhecimento, precisa saber, preciso analisar mais de quatro vezes para tomar uma decisão. Diante dessas informações, acredito que vou sentar e analisar esse laudo, vou requerer informações complementares para depois ver qual a nossa linha de avaliação, enquanto parlamentares trabalhando com as entidades que representam os servidores. No tocante, já tenho com clareza Braga e Presidente do CEP, é o retrocesso que está acontecendo na transparência da gestão pública do IPER. A questão do Conselho Previdenciário, na primeira gestão de 02 de novembro de 2008 a 02 de setembro de 2010, o Conselho era composto por seis pessoas, dois representantes do governo, até então, senhor Leocádio Vasconcelos, Titular Ana Lucíola. Na primeira gestão, estavam lá seu Jhonatan Augusto Apolinário, representante dos servidores, assim como seu Walter Leite, representante da PROJE e representante da sociedade civil. Naquela época, nós participamos efetivamente do processo de escolha dos representantes, ou bem ou mal o senhor Jhonatan e Walter representaram os servidores naquele conselho de suma importância, que têm, acima de tudo, competência para fiscalizar e aprovar as políticas de investimentos do IPER, e fomos surpreendidos por um retrocesso onde a nova gestão que se iniciou em 02 de novembro de 2010, com dois representantes dos servidores indicados. E foi baixado um decreto nomeando esses representantes. Para mim, isso é um retrocesso. Há entidades, com as quais conversamos, estão indignadas e vão para justiça. Segundo a previsão do artigo 118 da lei 054, será eleito de acordo com regulamento. Aí, simplesmente, Deputado Brito, mudaram o regulamento, a primeira eleição foi de maneira democrática. Os candidatos da nossa entidade foram de qualidades, andei buscando companheiro qualificado, formado em ciências contábeis, graduado e colocamos como candidato, fomos suplentes. Para mim, é um retrocesso esse processo de transparência.

Outra questão, senhor Leocádio, Presidente do CEP, a lei 213, aprovada nesta Casa, no seu artigo é bem clara: a Presidência de Conselho não pode ser exercida por Secretário do Estado, isso foi motivo de uma ação judicial, movida pelo SITRAIMA – Sindicatos dos Trabalhadores

Civis do Estado. A ação foi arquivada porque foi juntada ao processo uma declaração na época em que o Senhor Leocádio não era mais o Presidente do Conselho. Vou ler a Lei 213 de 26 de agosto de 1998. Consultei nesta Casa para saber se havia sido revogada ou alterada. A informação que tenho é que não tinha sido alterada, nem revogada.

Artigo 3: “Os titulares de secretarias de Estado ou administração indireta só serão Presidentes de Conselho Nato, em todo caso, poderão integrar na qualidade de membro efetivo”, o Sindicato foi para justiça, na época foi apresentado documento pelo IPER, pelo então Senhor Robério Bezerra Araújo, Presidente, dizendo que o Senhor Leocádio não era mais Presidente, era representante da PROGE. E, por isso, a ação perdeu objeto, hoje a ação voltou, houve nova eleição, ou seja, onde quero chegar, no retrocesso, não há uma democratização desses recursos e, acima de tudo, os servidores públicos deste Estado têm o direito de acompanhar, votar, opinar e saber onde serão aplicados e quais as políticas públicas tomadas por parte da previdência. Então, isso nos preocupa muito. Outra questão, Braga, é o comitê de investimento, importantíssimo, e tem acima de tudo ser formado por pessoas conhecedoras, capacitadas tecnicamente, habilitada. Percebemos, e estranhei tem uma nota de discussão e parecer técnico de 17 de janeiro de 2003 onde, após várias reuniões, o CEP refutou em tomar uma decisão, se aplicava ou não aplicava, porque não tinha informações. Estou com as atas do conselho, onde consta que os próprios membros do conselho, não tendo certeza da decisão a tomar, pediram parecer do Comitê de Investimento. Veio o parecer, o que eu estranho, é o Comitê de Investimento, segundo as próprias atas, inclusive, sua fala diz que os Membros do Conselho não têm capacidade técnica para exercer aquela função, contendo a seguinte orientação: se não fizer dentro do prazo de tantos dias, serão demitidos por serem servidores comissionados, ou seja, é possível que esses servidores tenham condições, preparo, conhecimento técnico para dar esse parecer, e se não tiver! Se tiver dado uma nota equivocada, quem será o responsável? O Presidente do IPER, que é o mesmo Presidente de Investimento. Então, sinto que o próprio membro do Comitê de Investimento deu a nota, mas ao mesmo tempo, recua. Então, a nossa preocupação é essa, Presidente Braga, nós vamos acompanhar, todos os Deputados. Então, me permita, se concorda ou não, sempre estarei presente no IPER, acompanhando, levando demanda e fiscalizando.

Quero requerer que se rediscuta não só o Conselho de Investimento com pessoas formadas e capacitadas, que o CEP seja formado por representantes legítimos dos servidores, não apadrinhados, não indicados, não nomeados, lista tríplice, pelo processo eleitoral, envolvendo todos os servidores e, acima de tudo, Braga, nós aprovamos nesta Casa uma Lei em regime de urgência, votei achei que era interessante, que era lei criando o concurso público, e o próprio IPER já tinha um TAC junto ao Ministério Público para realização desse concurso, foi aprovado em tempo Record nesta Casa, mas, até o presente momento, não vimos em local nenhum, nem nos cursinhos preparatórios de concurso público, se nós tivermos um quadro de efetivo concursado, não menosprezando os demais servidores comissionados, conheço a competência de muitos deles, inclusive, a do Rigoberto, altamente preparado, e tenho a plena certeza que vai passar no concurso público e vai assumir um cargo lá, enquanto pessoa qualificada. Mas a situação é sério o futuro desses trabalhadores que estão contribuindo durante cinco anos, para termos a maior clareza nessa gestão principalmente pelos conselhos controladores, que o Comitê de Investimento e o Conselho Previdenciário, sem sombra de dúvida, o site também vai contribuir.

Vou me antecipar, Deputada Aurilena, a requerer novamente as informações complementares no tocante à taxa, rendimento, a transparência, e confesso que, mesmo na fala do Braga, não me senti à vontade para discutir números e rentabilidade.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu só queria esclarecer, diante do posicionamento do Deputado Sampaio, o que foi aprovado nesta Casa. Foi um Requerimento de Informação de 2011, o Requerimento tem o seguinte teor: requeiro que seja convocado o senhor Rodolfo Braga, Presidente do IPER, e o senhor Leocádio Vasconcelos, Presidente do Conselho Estadual, para prestarem, pessoalmente, na Sessão Plenária informações sobre os seguintes assuntos: qual o teor da Ata do Conselho Estadual de Previdência, realizada em reunião extraordinária do mesmo, que deliberou sobre autorização para realização de investimento; quais as instituições que receberam esses recursos, valor investido e modalidade de investimento, retorno do investimento e riscos. Acho que esse documento contém tudo isso. qual o valor

investido por instituição? Qual o atual valor investido por modalidade de investimento em cada instituição? Qual a taxa esperada para retorno dos investimentos? Ou Seja, a taxa de juros por instituição, também, está aqui. O risco relativo a esses novos investimentos. O risco médio, alto. Quais os esclarecimentos de garantias prestadas pelo IPER aos servidores da administração pública? Eu acho que também está contido aqui. Eu só estou dizendo que o Deputado falou que voltaria com pedido de informações. Então, eu estou apenas explicando que o Requerimento, aprovado por esta Casa, foi a solicitação para prestarem aqui essas informações. Então, pelo que ouvi, essas informações estão contidas neste documento. Apenas para esse esclarecimento. Não foi apresentado documento porque a solicitação foi apenas que viessem aqui para esclarecer. Antes, vou passar para o Doutor Leocádio, Presidente do Conselho, após ao Rodolfo Braga.

O Senhor Presidente do Conselho do CEP (Leocádio Vasconcelos) – Obrigada, Senhora Presidente, um rápido esclarecimento ao Senhor Deputado Soldado Sampaio. O que está vigente hoje, Deputado, é a Lei Complementar nº 54, de dezembro de 2001, no seu artigo 118, estabelece o seguinte: Fica instituído o Conselho Estadual de Previdência, Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada, que terá como membros de pessoas com formação em nível superior, dentre os quais, dois representantes do Governo Estadual, dois representantes dos servidores beneficiários do Regime Próprio de Previdência Estadual, se não forem representantes de servidores em atividades, outros representantes dos aposentados e pensionistas serão eleitos na forma de regulamento. Um representante da Sociedade Civil, escolhido a partir de lista tríplice, elaborado pela Assembleia Legislativa. Um representante da Procuradoria Geral do Estado. Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado, com um mandato de dois anos, admitido à recondução apenas uma vez. Os representantes dos servidores em atividades dos aposentados pensionistas serão indicados em processo eleitoral expressivo. O Conselho será presidido, Deputado Soldado Sampaio, por membro eleito em votação realizada entre seus integrantes, que será substituído por ausências e impedimentos por membros designados por período não superior a 30 dias consecutivos.

Portanto, Senhores Deputados, a minha condição de Presidente do Conselho está absolutamente em cumprimento à lei. Infelizmente, o Senhor Deputado está com uma lei já revogada. A lei vigente é a Lei Complementar nº 54. Os representantes da Sociedade Civil naquele conselho, Deputado, são pessoas que eu praticamente reputo das mais íntegras que tem neste Estado. E nesta Casa, o exemplo é o Doutor João de Carvalho. Os dois representantes dos servidores são pessoas íntegras, até que alguém me prove o contrário. O Servidor Flávio, que trabalha no Instituto de Modernização da Secretaria de Administração, pessoas que eu considero das mais íntegras, com formação superior. Na minha avaliação, não prejudica em nada o Conselho o fato de Flávio ser membro. O outro representante dos inativos também com formação de nível superior, que, até quem prove o contrário, é uma pessoa íntegra. Eu refiro-me ao fiscal recém-aposentado da Secretaria da Fazenda, pessoa que muitos aqui o conhecem. Então, eu acho que o segmento dos servidores e a sociedade estão muitíssimo bem representados. E a Presidência do Conselho, quer seja eu, podia ser o João de Carvalho, podia ser qualquer um. Desde que eleito um dos representantes. Eu estou na presidência pela segunda vez. Teve um determinado momento que eu pedi para sair da presidência. Mas, depois, fui novamente eleito. Portanto, tudo em cumprimento à Lei Complementar nº 54, Deputado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem.

- Eu gostaria de solicitar à assessoria da Casa verificar se a Lei nº 213 está revogada.

O Senhor Presidente do Conselho do CEP (Leocádio Vasconcelos)

– A Lei Complementar revogou todas as disposições contrárias.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Não, uma não revoga a outra. A Lei nº 054 diz quem compõe o Conselho. Nós estamos falando da presidência do Conselho. Desde que seja cumprida a Lei 213, onde é proibido o Secretário de Estado a assumir a presidência do Conselho. O Senhor tem toda razão. A Lei 054 diz que dois representantes do Governo, de livre escolha do Governo dentro dos critérios, dois representantes dos servidores eleitos de acordo com o regulamento. E a questão que eu levantei foi a mudança do regulamento. Estou no menos democrático, a Lei 213, artigo 3º. Em momento algum, nós levantamos qualquer dúvida sobre os membros do Conselho. Pelo contrário, nem conheço o Sr. Ladir, que foi um dos que mais questionaram, relutou e buscou informações para tomar essa decisão.

Está aí um exemplo. Inclusive, na composição da legislação do Ensino de Previdenciário no Brasil todo tem uma palavra chamada transparência. Agora, uma lista tríplice indicada pelo Presidente do IPER para o Governador escolher, para mim, não é transparência. Transparência seriam as entidades a serem chamadas para discutir com as categorias mobilizadas e alterado o regulamento. Eu acho que não era a vontade da classe dos servidores públicos. Foi mudado de maneira unilateral. A 213, até que me prove o contrário, está valendo. Vossa Excelência tem razão. O Conselho é formado por dois representantes do Governo do Estado, dois servidores, sendo um da sociedade civil. Sem sombra de dúvida, concordo com Vossa Excelência, A idoneidade moral do nosso representante da sociedade civil, o professor João de Carvalho, e o representante da PROGE. Agora, até que me prove o contrário, a Presidência do Conselho não pode ser um Secretário de Estado.

O Senhor Presidente do Conselho do CEP (Leocádio Vasconcelos) – Senhor Presidente, data vênica, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, há dois princípios que devem ser observados. Primeiro, a hierarquia das normas e depois que uma norma específica prevalece com relação a qualquer outra norma geral. Esta lei, que é uma Lei Complementar, que revoga uma lei específica e que, por sua vez, revoga todas as disposições contrárias, de modo, salvo quando ela se reporta a matérias, especificamente. Se ela fosse silente com relação à presidência, poderíamos admitir a validade da lei anterior. Ela é expressa com relação a isso. O Conselho será presidido por membro eleito em votação realizada com seus integrantes e não faz nenhuma restrição a qualquer condição desses membros. Então, ela é uma norma posterior específica superior e que se reporta a um assunto. Ela não é silente. Não estou falando isso, Deputado, porque seja eu. Amanhã, daqui a pouco, um mês, dois meses, já não serei mais. Mas estou me reportando com relação ao texto da lei. E aí, peço as devidas vênias. Vossa Excelência, Deputado, falou que tem formação contábil. Eu tenho formação contábil para discordar do entendimento com relação a ela.

O Senhor Rodolfo de Oliveira Braga – Presidente do IPER – Com relação à legislação do IPER, hoje é uma colcha de retalhos e precisamos resolvê-la. Toda legislação que eu tenho do IPER, já estava lá. Já conversei com o Doutor Leocádio, precisamos não de quatro mãos, mas todos que queiram colaborar com o Instituto. Nós vamos fazer a legislação, até porque nós precisamos de uma legislação mais moderna. Então, tanto os Conselheiros que estão lá, todos eles já estavam lá quando entrei, como do CEPE. Os únicos que foram nomeados por mim foram do COINVEST, até porque não tínhamos ainda o COINVEST. Este ano, só sou Presidente do COINVEST. No próximo ano, não sou mais. Só estou por ainda não termos ninguém para colocar como Presidente. E a legislação diz que no primeiro ano o Presidente do IPER é Presidente do COINVEST. Quero dizer a Vossa Excelência que o IPER nunca foi tão transparente como está sendo hoje. Antigamente você não ouvia nem falar no IPER. O IPER teve um prejuízo nós últimos anos em torno de trinta e dois milhões de reais. O Senhor nunca foi lá para saber por que estava perdendo dinheiro, não mudava a lâmina de investimento. Alguns dizem que o IPER deixou de ganhar, eu quero dizer aos Senhores que os Gestores foram omissos, quero dizer ao Senhor que eu posso, hoje, com os dados que disponho, eu posso entrar com uma remissiva contra cada um dos gestores, porque eles sabiam como se encontrava a economia, eles sabiam que tinham que mudar a lâmina de investimento, mas não fizeram. Simplesmente sentaram atrás das cadeiras e recebiam os seus salários. Não estou lá para isso, eu estou lá para administrar. Quando eu fui para o IPER, o Governador me pediu, acima de tudo, transparência. Então, a primeira coisa que eu fiz no IPER foi encaminhar todos os nossos servidores com nível superior para fazerem o curso de certificação profissional para conhecerem o IPER.

Existia uma Diretora no IPER que dizia que quem tirava certificação profissional era só ela, porque só ela tinha competência. Isso não é verdade. Eu estudei trinta dias, sou cirurgião dentista, ex membro desta Casa, obtive certificação. E cada um dos nossos servidores terá que ter certificação profissional porque vai ser uma exigência, cada um dos nossos Diretores vai ter que entender de mercado financeiro porque é uma exigência. Eu estou lá passando uma chuva, pode ter certeza absoluta que no final desses três anos, todos investimentos que fizemos vão dobrar o dinheiro do IPER. Nós recebemos menos de um milhão de reais, e vamos entregar o IPER, de acordo com as nossas projeções, com, aproximadamente, um bilhão e oitocentos a dois bilhões.

Com relação a concurso público, ainda não se ouviu falar, o

prazo que esta Casa nos deu de cento e vinte dias, e conforme acertado com o Deputado Flamarion, com certeza, vou cumprir dentro desse prazo. Estamos preparando os técnicos, fora do Instituto está sendo elaborado o concurso público, vamos lançá-lo este ano. Não só porque está na lei, não, estamos lançando acima de tudo porque é uma exigência do Ministério da Previdência, e eles cobram colocar no Instituto pessoas especializadas. Todo mês, encaminhamos em torno de quatro, cinco técnicos para o Ministério, mas eu não sei se vão passar no concurso. Então, eu preciso ter técnico como funcionário. Tenho certeza absoluta que o Instituto é transparente, as informações que qualquer um servidor quiser nós vamos dar.

Com relação aos Conselhos, ainda, este ano vamos dar um treinamento porque não queremos no IPER um Conselho passivo não, queremos no IPER um Conselho ativo, porque se tivermos um Conselho passivo nós não vamos ter com da rentabilidade porque ele não entende, mas se for ativo ele vai entender de mercado, vai saber por que diversificar. Então, quero deixar claro para o Senhor que as Leis que encontrei no IPER, ganharão nova roupagem, será elaborada uma nova lei. É uma necessidade. Com relação à transparência, tenham a certeza absoluta que hoje estamos sendo o mais transparente possível, e a parte que mais os auditores me cobraram, foi para providenciarmos um site do IPER, através do qual, querem acompanhar o IPER já a partir do meio do ano. Desta forma seria desnecessária a vinda a Boa Vista. Quer dizer, nós mandaríamos para lá os documentos ou os anexaríamos no site.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Presidente Braga, ao pesquisar sobre essa operação financeira, surgiram dúvidas muito grandes que busquei ajuda de uma pessoa, acredito não ser um craque como Vossa Excelência está demonstrando ser. Mas, de qualquer maneira, aqueles meus pronunciamentos suscitaram o debate, e aqui, agora, Vossas Excelências estão para esclarecer a respeito desses recursos. O que chama atenção, mesmo tendo essa filosofia toda de meta, eu duvido, Leocádio, que o Tesouro Nacional, o Banco Central, o INSS, penalizem ou condenem alguém porque a aplicabilidade de seus recursos estão nos fundos gerenciados e administrados pela Caixa Econômica ou pelo Banco do Brasil. Não conheço precedente na história do Brasil neste sentido. Muito pelo contrário, eu cito o Instituto de Previdência do Município lá do nosso Estado Fortaleza, que investiu no Banco Santos, e o dinheiro evaporou. Fui, há alguns dias, com o Desembargador Lupercínio, que disse, meu Deus, o Amazonas fez isso e evaporou, o Maranhão fez lá na época do Luciano Moreira, ex Secretário Estadual, ex Deputado Federal, e o dinheiro evaporou. Se é fundo ou se não estava no Banco Santos, o servidor foi lesado. Em Fortaleza, sabem o que aconteceu? O Tesouro vai cobrir, está cobrindo senão o servidor será penalizado. Mas, questiono Vossa Excelência sobre investimento. Estou com um papel sobre Política de Investimentos, peguei no site do IPER de Tocantins, por isso que perguntei se Vossa Excelência tinha feito esse plano de investimento. O Leocádio confirmou e o Senhor também, mas não encontrei no Diário Oficial nada sobre isso. O Senhor me disse que estava lá não sei onde, mas isso tem que ser público. Esse é o primeiro ponto: Política de Investimento. Poxa, nós estamos falando de R\$ 1 bilhão que tem o IPER, será que não dá pra construir um site, pagar para ter um site para que haja transparência do servidor público, para evitar esses questionamentos. O importante a esclarecer é que a coisa é muito fechada, enquanto o mundo exige de nós, modernidade, não dá mais pra gente estar com ferramenta manual, apagando de lápis e fazendo de novo. Quero dizer também que o serviço público é lento, está aí o Leocádio de cabeça branca, eu de cabeça branca, Aurelina porque pinta, mas, também, tem cabelos brancos. Dia 12 de janeiro o Conselho Estadual de Previdência fez uma reunião ordinária, onde já questiona aquilo que o Conselho de Investimento fez. Dia 17 de janeiro, outra Ata do Conselho, desta vez, Leocádio, extraordinária. Olha o que diz o Leocádio aqui, após a manifestação do Presidente Braga. O Presidente Leocádio diz “que estava preocupado,” pois na reunião anterior, que está aqui, o Presidente tinha falado que os membros do comitê não tinham conhecimento de mercado na área de investimento, e agora o Presidente do IPER diz que, se a diversificação for aprovada pelo Conselho, seria feito uma marcação de mercado de área. Então, estou destacando isso aqui, porque, foi dito assim. Mas, olhe bem, isso no dia 16, dia 17 o Conselho faz um documento, um dia depois tem outra Ata Extraordinária. Isso no serviço público é muito raro. Cobra dia 16, dia 17 faz, e dia 18 faz uma reunião extraordinária. Também li, aqui, vários questionamentos. Mas, voltou para o que disse o Senhor Leocádio, “porém enfatizou que o Governo do Estado nunca usou o dinheiro aplicado nos fundos do Banco do Brasil para fazer face à

nenhuma despesa. O Presidente do IPER enfatizou também que, se retirar os recursos do Banco do Brasil neste momento geraria uma rescisão de contrato que significaria ônus para o Governo do Estado. As dúvidas que eu tinha, Vossa Excelência já esclareceu todas. Segui esse roteiro aqui e Vossa Excelência, acho que foi didaticamente entendível apesar da dificuldade da complexidade do tema. Mas, vou me prender a uma pergunta, Leocádio. O dinheiro do IPER não é do Estado, o contrato que o Estado assinou e que também aqui está. O contrato que Vossa Excelência não tinha para os técnicos da Previdência, que está bem aqui. Olha o que ele diz: “Da Remuneração – Em razão dos termos ajustados no presente contrato, o Banco do Brasil pagará ao Estado de Roraima a importância de R\$ 50.092.995,55 centavos Aí, não vou ler o resto, porque é pra folha, pra pagar estágio remunerado, não pra reter o dinheiro do IPER. Isso não, Leocádio, me desculpe, mas isso não está dito nada aqui, porque o dinheiro do IPER não tem nada a ver com o Estado. Esse contrato é do Estado com o Banco do Brasil, subjetivamente ficou entendido aqui que o dinheiro está aplicado lá porque tem um contrato. Não, isso realmente não pode. E como eu disse, e Vossa Senhoria confirmou, aqui está a planilha do Banco do Brasil e da Caixa. Então, se está buscando uma melhor e maior rentabilidade, porque se tira da Caixa e não do Banco do Brasil, quando a Caixa rendeu 1,45% a mais que o Banco do Brasil 1,17%? Vou resumir o meu questionamento sobre esse ponto, pois depois ficou sendo pra mim o ponto crucial, o ponto preocupante. O dinheiro do IPER não pode fazer parte de um contrato que o Governo fez para transferir toda a sua folha para o Banco do Brasil, para pagar outras coisas, receber IPVA, receber ICMS, etc, nada a ver com o dinheiro do IPER.

O Senhor Leocádio Vasconcelos - Presidente do CEP – Senhor Presidente, gostaria de prestar apenas dois esclarecimentos ao Deputado Flamarion. Primeiro, Vossa Excelência leu apenas uma pequena parte do contrato, talvez não tenha tido a lembrança de ler os anexos do contrato, os termos de adesão. Nos termos de adesão, tem lá a adesão do IPER àquele contrato. Agora, o dinheiro do IPER que está aplicado no Banco Brasil compõe aqueles 80% mínimos que a resolução do Conselho Monetário impõe que seja mantido a título de dívida pública, pois ele está integrando porque só o da Caixa Econômica não daria. Então, está uma parte no Banco do Brasil, e outra na Caixa Econômica para compor os 80% mínimos que são obrigados a ter a título de dívida pública. Agora, o Estado não goza de qualquer benefício pela permanência desse dinheiro do IPER no Banco do Brasil, até porque 100% dos rendimentos incidentes sobre a aplicação desses recursos revestem como patrimônio do IPER, e o Estado não tem nenhum benefício em relação a isso.

O Senhor Presidente do IPER (Rodolfo Braga) – Nobre Deputado, respondendo o seu questionamento sobre as reuniões rápidas do CEP. Quando a gente aplica em fundos de investimentos, eles abrem para alguém entrar ou para aportar recursos, ou seja, tem um prazo para abrir e para fechar. E esses prazos normalmente são no final do ano, por exemplo, a VINCET, que é da Caixa Econômica, abriu e deu um prazo de tantos dias para aplicar o dinheiro. Então, nós fizemos uma reunião e selecionamos mais de trinta fundos, desses trinta selecionamos os que achamos melhores. Então, até o final de janeiro, eu tinha que aportar recursos porque não era só eu que tinha que aportar recursos naquele fundo, temos dois mil RPPS no País. Então, abre-se um fundo, e se ele for bom cabem, no máximo, 20 pessoas, 20 RPPS. Então, quando vai abrir um fundo, por exemplo, vai abrir o fundo da Caixa Econômica e do FIDC, eles vão vir comigo: Braga, o Senhor quer uma cota do fundo? Respondo que quero, e vou procurar saber de que é o fundo, vejo a lâmina do fundo e tenho um determinado tempo para aplicar. Quando fechar o fundo, eu não entro mais, porque fundo de investimento é oportunidade a não ser que sejam fundos públicos, porque tem fundo público de seis bilhões, esses fundos vão acabar. Fundo bom, hoje está em torno de cinquenta, setenta milhões. Se você tem um fundo de cem milhões, o gestor da carteira tem mobilidade. Agora, você vai colocar um título público de seis milhões, qual é a mobilidade que tem o gestor de trabalhar nesse fundo? Então, vocês podem ter certeza que doravante os Senhores vão ver: Qual era o último PL da Caixa Econômica? Cem milhões. E cabem quantos nesse fundo? Só cabem dez. O que ela pode fazer? Ela pode abrir mais cinquenta, porém somente se reunir os cotistas que somos nós, você tem que participar. Em nossas reuniões do CEP, eu disse para os Conselheiros que nós estávamos era arrumando trabalho porque, a partir de agora, temos que estar fazendo marcação no mercado de todos os ativos. Por isso que eu falei que muitas vezes é

necessário contratar um banco para fazer os teus relatórios. O Itaú o Bradesco, o Santander fazem relatório de tudo que foi aplicado. É importante? É. Temos que fazer isso no futuro? Lógico que temos que fazer, o nosso fundo, hoje, está excelente. Vocês sabem por que os RPPS nunca quebraram? Porque não tinha legislação, quem decidia onde aplicar o dinheiro não era o gestor, e sim o Governador, era o Prefeito. Não tinha nenhuma regulamentação, por que o Banco Santos quando quebrou levou alguns institutos? Porque o gestor ou Prefeito colocava lá todo o seu dinheiro. Eu vou dar um exemplo. O Pan-americano quebrou, eu pergunto dos Senhores, algum de vocês ouviu dizer que algum instituto quebrou porque o Pan-americano quebrou? Não tinha um instituto com seu dinheiro no Pan-americano, e sim nos fundos de investimentos do Pan-americano principalmente no FIDC. Quebrou o banco, mas o fundo não, porque tem um gestor, e tem lá dez ou vinte donos do fundo. Os investimentos do IPER, hoje, são feitos dessa maneira. Vou dar um exemplo para vocês. Hoje, o Banco do Brasil tem um fundo chamado SMLL que tem três anos, e só tem vinte e três milhões. A Caixa tem um que só tem um mês e pouco, e está chegando nos cem milhões, sabe por quê? Porque a Caixa contratou um gestor o Vincent. Então, todos nós sabemos que o gesto dos fundos da Caixa é excelente. Então, eu quero dizer para o Senhor que os fundos são abertos ou fechados, e quando você aplica num fundo e faz uma reunião, você fala para o Conselho que esse fundo vai fechar daqui a vinte dias, e eu quero saber se nós vamos fazer ou não aplicação no fundo. Portanto, ocorrem as reuniões, porque nós não sabemos quando os fundos vão abrir, porque quando ele abrir nós já temos que estar com tudo analisado para aplicar.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Quem faz a marcação diária?

O Senhor Presidente do IPER (Rodolfo Braga) – A marcação diária é feita pelo administrador.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – A partir de quanto tempo o Conselho fica a par dos rendimentos do fundo?

O Senhor Presidente do IPER (Rodolfo Braga) – O Conselho autorizou que fossem feitos todos os investimentos, mas ficou decidido que todos os investimentos teriam que ser discutidos e aprovados, primeiro: por solicitação do Doutor João de Carvalho, depois por decisão unânime de todos. Ficou decidido que todos os investimentos nossos, vamos voltar para discutir no Conselho. É obrigado? Não. Mas, nós acertamos que vamos voltar a discutir cada um.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, eu vou procurar sair da parte técnica, porque as pessoas que estão aqui nos assistindo entendam como é esse jogo do mercado financeiro. Primeiro, foi uma decisão da Presidenta da República mudar a política econômica brasileira. Mas, vão perguntar: o que tem a ver política econômica com o IPER? Só tem. A redução da taxa de juros do Brasil em relação aos títulos públicos brasileiros é um marco que diferencia entre o que era o passado e o que é o presente e o futuro. Se você reduz juros do papel do Governo brasileiro você está reduzindo a dívida pública, você está dando um marco de orientação para que os investidores apliquem nos papéis da iniciativa privada, e evitem a entrada de dólares do Brasil para que valorize a nossa moeda e possamos competir no mercado internacional com nossos produtos. Esse é um ponto crucial de política econômica e industrial que está sendo adotado pela Presidenta Dilma. Se aqui, os fundos do Banco do Brasil, fundos da Caixa Econômica não têm risco? Todos os fundos que se aplicam no mercado financeiro independente de qualquer instituição bancária tem risco, porque os fundos da Caixa ou do banco do Brasil que se aplica no mercado financeiro são formados por cotas de empresas privadas ou públicas, a temeridade de estar no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica não faz sentido. Há quem tem medo de dizer que privatizar no Brasil é ruim para o País. A Vale do Rio Doce tinha nove mil funcionários quando foi privatizada, hoje tem mais de quarenta e cinco mil. É a maior pagadora, junto com a Petrobrás, de impostos no País. A Vale só cresceu, melhorou, só gerou empregos para o País e trouxe divisas porque é uma das maiores exportadoras de matéria-prima brasileira. Quer dizer que a telefonia no nosso País piorou com a privatização é não querer ver a realidade. Com relação à segurança Banco do Brasil e Caixa Econômica, são iguais, porque trata-se de mercado financeiro. É esse ponto que temos que analisar. Agora mesmo, o Banco do Brasil e a Caixa vão mudar a sua política de aplicação no mercado financeiro porque os títulos brasileiros estão baixando seus juros, e a tendência é de ser 2.5% de juros até o final do ano. E, se continuarem lá, vamos ter dificuldades de fechar as cotas dos seus fundos de investimentos porque não haverá ninguém que queira investir

em fundos que estão sendo criados pelas duas instituições.

Outra preocupação colocada, aqui, pelo Deputado Sampaio sobre o problema da fiscalização e da transparência. Nós, nesta Casa, através da Emenda Constitucional nº 23, temos poder de ter acesso a todo tipo de informação sobre qualquer instituição do Governo do Estado. Essa lei nos faculta acompanharmos, através de uma comissão da Assembleia, mensalmente as ações do IPER ou de qualquer instituição, mais do que isso, sem tirar o demérito da capacidade e da honestidade de quem compõe o Conselho. Eu não estou aqui, fazendo nenhuma crítica a nenhum dos oradores, porque esse é um tema extremamente complexo, como disse o Deputado Flamarion. O Deputado Brito deve encerrar as palavras, mas além de ser líder da oposição ele é da área de economia. Não acredito que o deputado Brito, ao encerrar, irá defender o modelo conservador de que tudo tem que ser na Caixa ou no Banco do Brasil, porque senão vou ter que mudar todo o meu conceito em relação à capacidade do empresário de gerar riquezas no nosso País, num modelo economicamente democrático que vive o Brasil, se a política da Presidente Dilma está correta ou errada, eu não posso ainda avaliar, mas creio que o objetivo é retirar os títulos públicos da rentabilidade que ele está tendo, porque é uma enxurrada de dólares. Ora, se eu tenho hoje um juro zero do Banco Central Americano, se eu tenho juros de 0,5% do banco Europeu, eu vou aplicar no Brasil, qualquer empresa Santander, HSBC, de 4.5% ao ano que ainda é altíssimo, ainda é o mais do mundo.

Então, gente, é preciso que deixemos claro às pessoas, aos nossos funcionários públicos concursados de que o risco que correm o Banco do Brasil e a Caixa Econômica com seus fundos, todos os outros são iguais. Esse negócio de conservadorismo, de que esse fundo da Caixa tem garantia, não existe isso no mercado financeiro. E quem tem coragem de olhar o futuro, hoje, vai ter a consciência de que amanhã, quando essas pessoas precisarem da sua aposentadoria, vão ter a garantia de recurso para pagar a sua aposentadoria.

Quero encerrar, dizendo que há uma coisa que me preocupa, isto é, aqueles 2% da arrecadação do IPER para que se possa disponibilizar uma sede que condiz com a realidade de atendimento público dos nossos funcionários, conforme é a meta e o objetivo do IPER, para que agente tenha junta médica, para que a gente possa fazer um núcleo, por exemplo, entre Mucajaí e Caracará, em Iracema, lá no sul do Estado para que os nossos funcionários saibam como é que estão essas aplicações, qual é a renda para eles que são os donos dos fundos. Eu acho que esse é o sistema que estão colocando aqui, da modernização, da transparência principalmente para a parte interessada. Parabéns pela sua explanação, em cima da qual fiz o meu discurso, mas antes de tudo, procurei estudar o tema para não vir para cá sem colocar aquilo que eu observei, para quem tem um pouco de conhecimento de economia, como eu tenho. Não sou expert em economia, mas tenho um pouco de conhecimento pela minha formação acadêmica.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputada Aurelina Medeiros, como Presidente desta Casa nesta Audiência Pública; Presidente do IPER, ex-Deputado, Doutor Rodolfo Braga; Doutor Leocádio; Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, todos os presentes.

Primeiro, gostaria de esclarecer ao nosso Presidente do IPER, ex-Deputado Braga, que a convocação ou a solicitação da presença de Vossa Senhoria e do Doutor Leocádio ocorreu, principalmente por estranhar a transferência dos recursos de todos aqueles que trabalham por anos a fio no serviço público estadual e que têm o seu dinheiro depositado no IPER, a garantia na sua aposentadoria. E o que nos estranhou, Presidente, foi uma declaração do Senhor Governador do Estado quando indagado pela imprensa se haveria transferência dos recursos do IPER que estavam aplicados, só em bancos públicos, se seria transferido para bancos privados, respondeu que não, garantiu à imprensa. Vossa Excelência garantiu, aqui, no dia da sua sabatina, quando foi indagado pela Deputada Ângela Portella, se os recursos dos bancos públicos seriam transferidos para bancos privados, Vossa Excelência também garantiu que não. Tendo em vista que nós fomos aqui surpreendidos com uma nota técnica, que seriam diversificados esses investimentos, e aí, como não estranhar se há poucos meses o Governador do Estado e Vossa Excelência disseram que não iriam transferir, e de um momento, que eu acredito ser recorde, tendo em vista, a complexidade que é o mundo financeiro, se decidir pela transferência. E, aí, eu gostaria de ressaltar na nota técnica o que nos causou estranheza também, foi quando, assinado pelo Presidente, Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, por um dos membros, Senhora Tatiana Reis, as Senhoras Terezinha, Nádia, Larissa, Cleonice e o Senhor Fabrício, também membros, assinaram essa nota técnica falando que o conselho

tinha decidido pela transferência desses recursos, mas ressaltou que a aplicação dos recursos previdenciários do Instituto de Previdência do Estado é de total responsabilidade do representante legal da unidade gestora e gestor do Instituto, perante o Ministério de Previdência Social, que eu acredito que seja Vossa Excelência. Estou correto?

O Senhor Presidente do IPER – Rodolfo de Oliveira Braga - Corretíssimo

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Eu vou assinar então, mas o responsável, Senhor Presidente, é o Senhor. Eu só assino, mas o Senhor é o responsável. Está aqui escrito que Vossa Excelência é o responsável por essa transferência, pelos lucros que serão auferidos conforme Vossa Excelência praticamente garantiu, ou pelos prejuízos que porventura, eu acredito não vão existir, porque Vossa Excelência aprendeu em tempo recorde, e aí eu parabenezo Vossa Excelência por trabalhar com fundo de investimento e com o mercado financeiro.

Eu ouço, aqui, Doutor Braga, e quero dizer a Vossa Excelência, posso até parecer um pouco sarcástico ou os amigos entenderem que estou usando aqui da política partidária e não do assunto em si. Mas quero dizer a Vossa Excelência que eu estive na Caixa Econômica com o Deputado Sampaio, conversamos com gestores da Caixa Econômica, nós recebemos aqui um ofício, emitido pelo Senhor Governador José de Anchieta Júnior e que foi também com cópia para Vossa Excelência, em resposta a 05 ofícios que o Governo do Estado tinha enviado àquele Banco. Então, se sentindo exaurida, aquela instituição no sentido de comprovar que essa transferência não deveria ser feita, e ele respondeu.

Em reposta aos ofícios 028, 029, 30, 31 e 32 de 2012, gabinete do Presidente do IPER, informamos que efetuamos as transferências nesta data, conforme solicitado, para subsidiar futuras decisões quanto à política de investimento deste Instituto de Previdência. Tomamos a liberdade de enviar, em anexo, tabela comparativa entre os Fundos da Caixa e os Fundos que receberam a transferência. Na comparação, o fundo de investimento Caixa/Brasil superou todos os fundos no período de existência dos mesmos, e foi uma planilha, anexa, para o Governador do Estado e para Vossa Excelência, também nós aqui sobre os recursos aplicados naquele banco, que superaram todos os outros recursos aplicados em outros fundos. E, aí, não estavam, é claro, os recursos do IPER, mesmo assim, o Senhor assumiu em seis meses, fez um curso, reuniu a sua equipe técnica e disse: “eu sei muito mais. Eu sou aqui um entendedor do mercado financeiro”, acredito que tudo isso aqui vai mudar e quem vai render agora não é mais a Caixa, quem vai render, tenho certeza, vão ser esses investimentos privados. Eu quero dizer a Vossa Excelência, Deputada Aurelina, o próprio Banco Central na sua Resolução 3911 diz que a maioria dos recursos têm que ficar aplicada em títulos públicos porque ele sabe que tem mais garantia, ele sabe que o título público é o dinheiro que sai do nosso bolso e vai para lá, não quebra. Quero dizer a Vossa Excelência que a responsabilidade de Vossa Excelência foi muito grande quando decidiu, porque foi Vossa Excelência quem decidiu. Então não foi o conselho. Quero dizer que a responsabilidade é muito grande e torço que Vossa Excelência tenha realmente entendimento conforme demonstrou aqui tecnicamente, e que a aplicação de todos aqueles, de todos nós, dos que trabalham no serviço público, realmente renda muito mais que a Caixa, que ele nos traga frutos e que um dia eu possa parabenizá-lo, pois, devido ao pouco tempo o senhor aprendeu que o mercado financeiro realmente mudou e que o passado não importa. Mas, quero dizer a Vossa Excelência que, quem atira com a pólvora dos outros, nunca mede distância, e esse dinheiro não é seu, nem é meu, esse dinheiro é do povo, muito cuidado com essas aplicações porque, a partir do momento que o Senhor está lá depositando muita confiança. Vou torcer, o Senhor pode ter certeza, até porque o dinheiro é do povo, e o Senhor demonstrou ter estudado. Vou torcer para que esses fundos tenham uma rentabilidade maior e uma segurança maior do que a Caixa e o Banco do Brasil, foi o que a gente não conseguiu ainda assimilar, e que o passado não é nenhum parâmetro para aplicação financeira, só o futuro. Acredito que esses fundos vão ter aí bilhões agora, porque, com entendimento, vão render muito mais do que a Caixa e o Banco do Brasil.

O Senhor Presidente do IPER (**Rodolfo Braga**) – Senhor Deputado, eu quero lhe parabenizar pelas perguntas. O Senhor esteve na Caixa Econômica, e eu vou dar uma resposta para a Caixa Econômica. Nós não podemos comparar os títulos públicos da Caixa Econômica que tem hoje, com os títulos públicos e ICP com títulos privados que nós temos hoje. Nós saímos da Caixa porque eram títulos públicos, já que o Senhor esteve na Caixa e eles lhe deram essas informações. Se o senhor voltar lá diga para eles, com exceção do Márcio, todos eles são

analfabetos em investimento aqui em Roraima. E se o Senhor for no Banco do Brasil também diga a mesma coisa. Até porque quando tratamos de investimentos não é no Banco do Brasil, e sim na DTVM, pois quando chegam aqui, eles são especialistas. A DTVM esteve aqui, há dois meses, e está voltando na próxima semana porque marcamos uma reunião para eles definirem o que nós podemos ou não. Aqui, eles são generalistas, porque o fundo da Caixa Econômica, no ano passado, rendeu 26%. Agora, se o Senhor pedir para ele puxar a lâmina do fundo, ele não tem certificação nenhuma. O único competente na Caixa aqui em Boa Vista é o Senhor Márcio. Agora, o gerente de Banco do Itaú, do HSBC discutir fundo de investimento? Veio o Diretor Geral do HSBC semana passada e juntou comigo aqui. Sou especialista? Não, tenho assessoria. É diferente, você tem que se assessorar, porque se você chegar hoje, no Itaú e no HSBC e você perguntar qual é a lâmina do fundo tal? Ele não sabe. Se você chegar, no Banco do Brasil é a mesma coisa, por quê? Porque eles não são especialistas nisso. E outra coisa, os fundos de rentabilidade passada não vão dar nenhuma garantia de rentabilidade futura, a saída dos títulos daquele fundo que deu 26%, tem de 95% a 99% de título público NT/NB que bateu meta este ano. Mas, o título vale IPCA+6, hoje vale IPCA+2.5, 4,5 no máximo a taxa indicativa hoje. Eu lhe pergunto: Nós vamos investir hoje na Caixa só porque é a Caixa? Lógico, a resolução diz que você tem que aplicar 80% em títulos públicos. Por quê? Porque com 30% você vai poder estar no mercado. Vou dar outro exemplo. Os fundos que a Caixa Econômica vai gerir a partir de agora são fundos pequenos, não vai ter um FIDC de seis bilhões, não vamos ter mais isso. Iremos ter fundo de cinquenta milhões, cem milhões, duzentos milhões. Então, quero deixar claro que o Instituto da Previdência tem que ter assessoria, eu tenho assessoria diariamente. Se eu quiser, eu pego meu BBM agora, vou ligar e ficar sabendo o que está acontecendo no mercado, por que a taxa? Por que o fundo? Qual é a lâmina? Eu tenho que estar, diuturnamente informado, porque eu tenho que saber o que acontece na Europa, como eu tenho que saber o que acontece com a Dilma. A Dilma não está preocupada com a inflação, a preocupação de seu Governo é a captação de dólar no mercado, porque essa captação de dólar que está no mercado, hoje, quebra o País. O viés do Cupom hoje será de baixa, ninguém está esperando um viés de alta de maneira nenhuma. E com viés de baixa é pior ainda. Nós não estamos saindo porque nós queremos, nós saímos por causa do mercado. Quando o Senhor falou aqui, que o Governador disse assim, eu não vou tirar do Banco do Brasil, não tem problema nenhum. Eu disse para ao Governador que ele estava esquecendo de uma coisa, se a partir do ano que vem com a queda dos títulos públicos que estamos vendo na curva, então perguntei-lhe: o Senhor sabe o que vai acontecer? Nós vamos deixar de aplicar 30% que nós temos hoje. Eu conheço um só Instituto que ainda não diversificou porque o governo é do PT, o Presidente do Banco é do PT, o Presidente do Instituto é do PT, mais eles já disseram que se continuar do jeito que está eles vão diversificar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Em agosto deve sair uma modificação da Resolução através do Banco Central, que muda essa aplicação, inclusive, dos 80% em títulos públicos.

O Senhor Presidente do IPER (**Rodolfo Braga**) – Os Senhores acham que a PREVI que é um fundo de pensão, cresceu? Como? Foi para o mercado financeiro, ela tem 70% no mercado financeiro e 30% no mercado público.

Eu quero dizer aos Senhores que, quando se aplica no mercado financeiro, se aplica no fundo de investimento que é dissociado do banco, e os riscos que você tem num fundo da Caixa Econômica, do Banco de Brasil são os mesmos riscos do ITAÚ, do SANTANDER e assim sucessivamente. Os Senhores sabem por que foram criadas as resoluções 504 e as do RPPS? Foi para que os governadores, os prefeitos não metessem mais a mão no dinheiro, porque o que acontecia antigamente é que tinha uma lei do RPPS, e os governadores revogavam a lei para não pagar o RPPS. Vários governadores e vários prefeitos revogaram as leis. Tinha uma lei que dizia assim: até o dia 10 é necessário pagar o RPPS. Os governadores revogavam a lei para não repassar o dinheiro do servidor e foram muitos prejuízos que ocorreram.

Eu quero agradecer e dizer que o IPER é transparente, nós vamos certificar todo o nosso pessoal, quando eu digo que é preciso certificar os funcionários do Instituto, eu digo que se eles não se certificarem eu vou ter que demiti-los. O problema da certificação é importante para todos nós. O principal, hoje, é pagar a aposentadoria, mas para se pagar a aposentadoria você terá, acima de tudo, que ter rentabilidade. Muito obrigado.

O Senhor Doutor **Leocádio Vasconcelos** - Vossa Excelência tem noção da agilidade do mercado financeiro, mercado de capitais,

quando Vossa Excelência apontou a manifestação do governador de que não iria mudar o investimento ano passado, até 20 dias atrás o Governo Federal e o Ministro da Fazenda, quando ainda não havia iniciado o PIB de 2011, até 20 dias atrás, se vivia sob a perspectiva de um PIB 2011 em torno de 5%, deu um pouco mais de 2%. Então, essa sem dúvida nenhuma é uma das causas da redução drástica que nós vamos ter no rendimento dos títulos da dívida pública brasileira, não tenhamos dúvida de que o Conselho monetário nacional quando, da próxima revisão desta, a resolução 39922, ele vai sem dúvida nenhuma reduzir esse percentual, ao mínimo de manutenção da dívida pública. Eu particularmente não tenho dúvida nenhuma disso, porque a realidade hoje é outra.

A perspectiva do PIB para este ano já é bem mais modesta. Foi 2,6% o PIB de 2011, vivia-se a expectativa de que seria um pouco mais de 5%, quando fechou há 20 dias atrás, o Governo Federal anunciou 2,6%. Então, só a título de informação, essa versatilidade do mercado é reclame de todos nós, é uma preocupação permanente. Outra coisa: os recursos que estavam aplicados na Caixa e no banco do Banco do Brasil, como colocou Joaquim, não eram fundos de investimentos, eram títulos da dívida pública que são aplicados, são completamente distintas uma da outra, não dá para comparar uma coisa com a outra. Agradeço a Casa pela oportunidade.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Eu gostaria de saber da Mesa Diretora, se a Lei 213 foi revogada. Eu já pesquisei e, segundo o Professor João da Secretaria Legislativa, a Lei 213 continua em vigor, não é contrariado em momento algum e nem se confronta com a lei 054. Então, em cima disso. Deputada Aurilena, eu pediria ao conselheiro, Presidente do IPER, que cumprisse o artigo 3º, que renunciasse a Presidência do Conselho do CEPE, porque nós vamos mover a ação, e não gostaríamos de causar esse desgaste. Eu acho que Vossa Excelência tem toda a condição técnica, compromisso com o IPER e deve participar do IPER, se estivesse lá, eu votava em Vossa Excelência. Eu só estou pedindo o cumprimento da Lei. Eu gostaria de fazer um pedido especial ao Presidente Braga que mude o regulamento, que elege o CEPE, vamos dar oportunidade às entidades, aos trabalhadores em escolher os seus legítimos representantes, se tivermos isso, nós teremos um CEPE democrático, do jeito que está, não está

democrático. Dos seis, quatro passam pelo crivo do Governador, não há democracia. É a nossa recomendação. Quero parabenizar o Presidente do CEPE, o Doutor Leocádio e o Presidente do IPER, Braga.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros- O Doutor João está informando, que não foi revogada, no entanto, a questão dos conselhos foi modificada.

O Senhor Doutor **Leocádio Vasconcelos**- Afirmando a Vossa Excelência, que os meus quase trinta e um anos de vida pública falam melhor do que qualquer coisa que eu possa dizer aqui agora. Eu tenho primado durante a vida inteira pela legalidade dos meus atos, jamais usaria ocupar um cargo, nem sou remunerado sequer para isso, Conselho de Previdência não é remunerado, Deputado. Então eu jamais usaria ocupar um cargo que sabidamente seria ilegal, eu não tenho a menor dúvida, de que essa matéria com relação à Presidência do Conselho, nesse aspecto a Lei anterior está revogada, há no direito a revogação expressa e revogação tácita, aquela Lei no seu todo, ela não está revogada, mas naqueles assuntos que estão estabelecidos na Lei complementar 54, aqueles assuntos da Lei anterior estão revogados. Então eu lamento informar a Vossa Excelência que não renunciarei a Presidência por essa questão.

A Senhora Presidente **Aurelina Medeiros**- Agradeço a presença do Doutor Rodolfo Braga, Presidente do IPER, do Doutor Leocádio, Presidente do Conselho, a explicação foi positiva. Eu não tive condições de dizer ao Deputado, se havia sido revogada ou não, mas a gente tem muita confiança em vocês, gostaria agradecer aos servidores do IPER, aos Deputados e a quem a nos assiste nesta Manhã. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 28, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em:21/03/12



**I SIMPÓSIO
 SOBRE AGRICULTURA
 PECUÁRIA E
 POLÍTICA RURAL
 DO ESTADO DE RORAIMA**

02 e 03 de Maio de 2012